

**Kwame  
Nkrumah**

**CADERNOS  
LIVRES  
Nº 10**

# **A LUTA DE CLASSES EM ÁFRICA**



Review / 79

Kwame Nkrumah

LIVRARIA SÁ DA COSTA EDITORA  
Augusto Sá da Costa, Lda  
Rua Garrett, 100-102, Lisboa

1.ª edição, 1972  
2.ª edição, 1977

© Pined Books

Reservados todos os direitos para a edição em português.  
de qualquer obra a ser aqui reimpressa.

# A Luta de Classes em África

BIBLIOTECA  
DE CIÊNCIAS  
HUMANAS E  
EDUCAÇÃO

960.3  
N 738  
LUT



Livraria Sá da Costa Editora

Impresso em Portugal

LIVRARIA SÁ DA COSTA EDITORA  
Augusto Sá da Costa, Lda.  
Rua Garrett, 100-102, Lisboa

1.ª edição, 1975  
2.ª edição, 1977

© Panaf Books

Reservados todos os direitos para a língua portuguesa,  
de harmonia com a lei em vigor

---

Titulo original: *Class Struggle in Africa*  
Tradução de Maria Nazaré Campos  
Capa de Fernando Felgueiras

DOAÇÃO DE CIÊNCIAS HUMANAS E EDUCAÇÃO  
Registro No. 677.349 Data: 29/03/2012

Autor: NORUMAH, KWAME

Titulo: A LUTA DE CLASSES EM AFRICA

N. 10

Preço: 20,00

Doador: DIVERSOS

JN - 000 16 4103

Impresso em Portugal

## Índice

---

	Págs.
Introdução . . . . .	7
1 Origens das classes em África . . . . .	12
2 O conceito de classe. . . . .	17
3 Características e ideologias de classe . . . . .	24
4 Classe e raça . . . . .	29
5 Elitismo . . . . .	33
6 «Intelligentsia» e intelectuais . . . . .	40
7 Cliques reaccionárias no seio do exército e da policia	47
8 Golpes de Estado . . . . .	55
9 A burguesia . . . . .	64
10 O proletariado. . . . .	76
11 O campesinato . . . . .	90
12 A revolução socialista . . . . .	97
Conclusão . . . . .	102

*Este livro é dedicado aos operários  
e camponeses de África*

...do desenvolvimento econômico e social do continente africano...

...o desenvolvimento econômico e social do continente africano...

**Introdução**

Devido à diversidade existente em África das condições políticas, sociais e económicas, não é tarefa fácil generalizar em termos políticos e sócio-económicos. Encontram-se ainda vestígios dum estágio comunitário e feudal e, em determinadas regiões do continente, o modo de vida tradicional mudou muito pouco. Por outro lado, houve regiões que atingiram um nível elevado de industrialização e urbanização. No entanto, apesar da diversidade sócio-económica e política, é possível distinguir determinados problemas e situações que parecem comuns aos Estados africanos, derivados dum passado tradicional, aspirações comuns e experiência compartilhada sob o domínio do imperialismo, colonialismo e neocolonialismo. Não há nenhuma parte do continente que não tenha conhecido a opressão e a exploração e que não esteja implicada no processo da revolução africana. Por todo o lado se torna cada vez mais evidente a unidade de propósitos dos povos de África, e não há nenhum dirigente que, para manter o seu poder, não pretenda pelo menos ter aderido à causa dos objectivos revolucionários de libertação, unificação e socialismo.

Assim, chegou a altura de passar à fase decisiva do processo revolucionário, em que a luta armada que há pouco começou deve ser agora intensificada e coordenada a níveis estratégicos e táticos.

Ao mesmo tempo, é preciso atacar com determinação a minoria reaccionária, fortemente entrincheirada entre os nossos povos. Porque a sucessão de golpes de Estado reaccionários, perpetrados na África ocidental e central, e a eclosão de guerras civis demonstram claramente a importância e a natureza da luta de classes em África e a relação existente entre os interesses do neocolonialismo e os da burguesia local.

A luta de classes está no cerne do problema. Os comentadores políticos e sociais tiraram durante demasiado tempo conclusões erradas, postulando que a África constituía uma entidade distinta, à qual não se aplicavam os critérios económicos e políticos válidos para o resto do Mundo. Espalharam-se mitos tais como os do «socialismo africano» e do «socialismo pragmático», sugerindo a existência de uma ou mais variedades de socialismo exclusivamente africano; e quanto à nossa história, escreveram-se teorias sócio-antropológicas e históricas, em termos que pareciam ignorar que a África teve um passado histórico pré-colonial. Uma destas distorções sugeria que a luta de classes, existente noutras partes do Mundo, não se verificava em África. Nada está mais longe da verdade. A África é actualmente o cenário duma violenta luta de classes.

Basta olharmos à nossa volta. Como por toda a parte, trata-se fundamentalmente duma luta entre opressores e oprimidos.

A revolução africana é parte integrante da revolução socialista mundial, e assim como a luta de classes é base

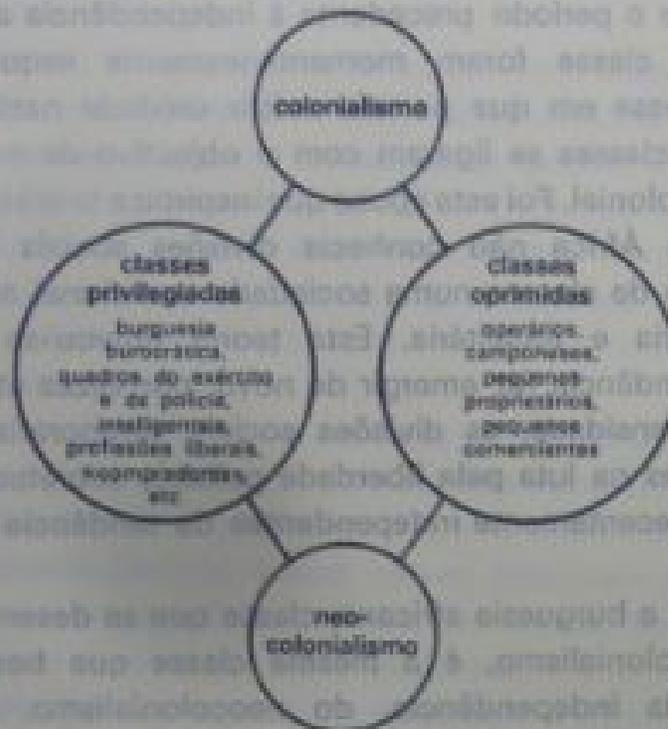
do processo revolucionário mundial, está também na base da luta dos operários e camponeses de África.

Durante o período precedente à independência as divisões de classe foram momentaneamente esquecidas, período esse em que parecia existir unidade nacional e todas as classes se ligaram com o objectivo de expulsar o poder colonial. Foi esta época que inspirou a tese segundo a qual a África não conhecia divisões sociais e não havia luta de classes numa sociedade tradicional africana comunitária e igualitária. Esta teoria provou-se falsa. A independência fez emergir de novo, por vezes até com maior intensidade, as divisões sociais, temporariamente esquecidas na luta pela liberdade política, sobretudo nos Estados recentemente independentes de tendência socialista.

Porque a burguesia africana, classe que se desenvolveu sob o colonialismo, é a mesma classe que beneficia, depois da independência, do neocolonialismo. O seu interesse reside na manutenção das estruturas sócio-económicas capitalistas. A sua aliança com o neocolonialismo e o capital financeiro monopolista internacional coloca-a em conflito directo com as massas africanas, cujas aspirações só serão realizadas num socialismo científico.

Ainda que numérica, financeira e politicamente inferior à burguesia dos países superindustrializados, a burguesia africana dá a impressão de ser uma força económica devido à sua estreita ligação com os interesses capitalistas financeiros e comerciais das potências estrangeiras. São numerosos os membros da burguesia africana que, sendo empregados em firmas estrangeiras, têm um interesse directo na manutenção da exploração económica de África pelas potências estrangeiras. Outros, ocupando

### MINORIA PRIVILEGIADA E MASSAS OPRIMIDAS DURANTE AS ÉPOCAS COLONIAL E NEOCOLONIAL



postos na função pública, em sociedades mineiras, empresas, exército, polícia e nas profissões liberais, reclamam-se do capitalismo devido à sua origem de classe, à sua educação no estrangeiro e à sua posição privilegiada. Esses veneram as instituições e organizações do mundo capitalista e copiam os seus antigos mestres coloniais, de quem estão bem decididos a preservar o estatuto e o poder que herdaram.

A África possui, assim, um núcleo central de burguesia, pouco diferente do dos colonizadores pelas posições privilegiadas que ocupa, e que constitui uma minoria egoísta, interesseira, reaccionária, entre vastas massas exploradas e oprimidas. A despeito do seu aparente

que repousa no apoio que recebe do neocolonialismo e do imperialismo, esta burguesia é extremamente vulnerável. Basta que este elo vital seja rompido para que perca as suas posições privilegiadas. É perante a tomada de consciência da luta de classes na África e o levantamento crescente das massas operárias e camponesas, a burguesia africana e seus acólitos disfarçados, neocolonialistas e imperialistas, vacilam.

Com uma população total de 20 milhões de quilómetros quadrados e uma população avaliada em 500 milhões, a África e suas ilhas possuem facilmente englobar a Índia, a Europa, o Japão, as Ilhas Britânicas, a Escandinávia e a Nova Zelândia. Os Estados Unidos cobrem facilmente no dobro do espaço geográfico a África que sente-se com uma massa compacta que possui seus recursos naturais e potencialmente o conteúdo principal do Mundo.

Muito antes do começo da era colonial, a África cujo desenvolvimento econômico é desigual possui sistemas políticos muito complexos. E nesse mundo africano que tinham subdesenvolvido, na Ásia e na América Latina que a luta de classes e o combate empreendidos contra a exploração do homem pelo homem passaram ao estágio decisivo, interativo, do processo revolucionário.

Foi esta interação africana que a consciência política das massas africanas resultou de certo modo, das estruturas econômicas tradicionais. No confronto da luta constante por exemplo, a luta é de melhor de pro-

---

## Origens das classes em África

---

Com uma superfície total de 20 milhões de quilómetros quadrados e uma população avaliada em 500 milhões, a África e suas ilhas poderiam facilmente englobar a Índia, a Europa, o Japão, as Ilhas Britânicas, a Escandinávia e a Nova Zelândia. Os Estados Unidos caberiam facilmente no deserto do Sáara. Geograficamente, a África apresenta-se como uma massa compacta que pelos seus recursos naturais é potencialmente o continente mais rico do Mundo.

Muito antes do começo da era colonial, a África, cujo desenvolvimento económico é desigual, possuía sistemas políticos muito complexos. É nesse mundo africano, a que chamam subdesenvolvido, na Ásia e na América Latina que a luta de classes e o combate empreendido contra a exploração do homem pelo homem passaram ao estágio decisivo, irreversível, do processo revolucionário.

Não seria inexacto afirmar que a consciência política das massas africanas nasceu, de certo modo, das estruturas sócio-económicas tradicionais. Na sociedade de tipo comunitário, por exemplo, a terra e os meios de pro-

dução pertenciam à comunidade. Era a época da propriedade pública. O trabalho era não só uma necessidade, mas também um hábito. Quem quer que alugasse uma parcela de terra para seu uso pessoal não era livre de fazer o que lhe apetecesse com ela, porque, na realidade, a terra pertencia à comunidade.

Os chefes estavam submetidos ao controle rigoroso dos conselheiros e podiam ser demitidos.

Conhecem-se cinco grandes tipos de relações de produção: o comunismo primitivo, a escravatura, o feudalismo, o capitalismo e o socialismo. Este último conduz ao comunismo. A luta de classes é o resultado do aparecimento da propriedade privada e do declínio da sociedade de tipo comunitário, em proveito das sociedades escravagista e feudal.

Dum modo geral, os povos africanos passaram, no começo da era colonial, a um estágio superior de sociedade comunitária caracterizado, por um lado, pela dissolução da democracia tribal e, por outro, pelo nascimento de relações feudais e de sistemas hereditários tribais e monárquicos. Sob o impulso do imperialismo e do colonialismo, as estruturas sócio-económicas deste tipo de sociedade dissolveram-se logo após a introdução de culturas de exportação, tais como o cacau e o café. As economias das colónias ligaram-se então estreitamente aos mercados do mundo capitalista. Com o capitalismo e o individualismo, as tendências para a propriedade privada desenvolveram-se. Pouco a pouco, a sociedade comunitária primitiva desintegrou-se, e isso foi o declínio do espírito colectivo. Assistiu-se então a uma expansão da exploração agrícola privada e da pequena produção.

Os Europeus não tiveram dificuldade nenhuma em se

apropriarem das terras que eram bens públicos. Assim, no Malawi, mais de 16% das terras foram apropriadas e aproximadamente  $\frac{3}{4}$  estavam sob o controle de onze grandes sociedades. Quando a terra era apropriada pelos colonos, os proprietários africanos tornavam-se, nalguns casos, rendeiros ou locatários, mas só em terras que os colonizadores julgavam pouco rendíveis para eles próprios. Estes últimos recebiam do Governo Britânico, por intermédio dos consulados, títulos de propriedade. E qualquer terra que não pertencesse a ninguém em particular era declarada propriedade da Coroa. Isto repetia-se noutras partes da África colonizada.

O colonialismo aboliu a propriedade comunal em proveito da propriedade privada. O sistema de governo indirecto fez dos chefes indígenas instrumentos e, muitas vezes, agentes a soldo do poder colonial.

A alienação da terra e dos seus recursos naturais, isto é, dos meios de produção, provocou o aparecimento de dois sectores económicos: os sectores africano e europeu, o primeiro submetido à exploração do segundo. A agricultura de subsistência desapareceu pouco a pouco e os Africanos viram-se obrigados a oferecer os seus serviços aos colonialistas, que capitalizaram os proveitos que daí tiraram. Foi nestas condições que surgiu a luta de classes, que era também uma luta de raças.

Com o desenvolvimento da produção de mercadorias destinadas à exportação, as economias de monocultura tornaram-se dependentes do capitalismo estrangeiro. As colónias tornaram-se centros de investimento e exploração. Capitalismo tornou-se sinónimo de colonização. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento da iniciativa privada, juntamente com a expansão da administração colonial, fez nascer

primeiramente uma pequena burguesia, depois uma burguesia urbana, composta por burocratas, intelectuais reacconários, comerciantes... que se ligaram cada vez mais a estruturas sócio-económicas coloniais.

A fim de facilitar a exploração, os colonialistas impediram todo o progresso social e cultural nas colónias. Restauraram e preservaram formas arcaicas de relações sociais, e em seguida introduziram modos de produção e relações sociais capitalistas. Com o objectivo de reforçar a autoridade dos administradores coloniais, os conflitos tribais foram por vezes deliberadamente encorajados.

Sempre no interesse do capitalismo, foram empreendidos certos desenvolvimentos económicos no domínio das indústrias extractivas, das plantações e das explorações agrícolas de tipo capitalista, da construção de portos, de estradas e de caminhos de ferro. Como resultado disto, deram-se profundas mudanças sociais. O aparecimento dum proletariado rural e urbano provocou o declínio do feudalismo e do semifeudalismo. Nesta mesma altura verificou-se o aparecimento duma burguesia e duma *intelligentsia* nacionais.

Nesta situação, os trabalhadores africanos viam nas companhias estrangeiras e nos colonos europeus os seus exploradores.

Assim, a luta de classes em África foi dirigida, a princípio, contra o imperialismo, e não contra a burguesia local. Foi isto que retardou o despertar das massas africanas, impedindo-as, por essa forma, de compreender mais cedo que a burguesia local era o seu real inimigo.

No fim do período colonial, a maioria dos Estados africanos estavam dotados duma máquina administrativa bem montada, assim como duma aparente democracia

parlamentar, dissimulando um Estado coercivo dirigido por uma elite burocrática toda-poderosa. Estes Estados compreendiam: uma *intelligentsia* totalmente ligada aos valores ocidentais; um movimento operário praticamente inexistente; um exército e uma polícia cujos quadros tinham sido formados nas academias militares ocidentais, e dirigentes preparados para uma administração de tipo colonial.

Contudo, e felizmente, é preciso notar o aparecimento, no decurso das lutas de libertação nacionais, de dirigentes saídos das massas e das quais tinham todo o apoio. Os seus objectivos não se limitavam apenas à libertação política, mas também e sobretudo visavam uma transformação radical da sociedade. Se estes dirigentes revolucionários se aliam à burguesia nacional, durante as lutas para a independência nacional, separaram-se dela imediatamente a seguir à conquista da independência, firmemente decididos a lutar pelos seus ideais socialistas. A luta ainda continua.

---

## O conceito de classe

---

A luta de classes é um tema histórico de importância fundamental. Qualquer sociedade não socialista compreende duas grandes categorias de classes: as classes dirigentes e as classes dominadas. As primeiras detêm os instrumentos económicos de produção e de distribuição e os meios de estabelecer a sua dominação política, enquanto que as classes dominadas não fazem senão servir os interesses das classes dominantes, de quem dependem no plano político, económico e social. O conflito que opõe dirigentes e dominados é o resultado do desenvolvimento das forças produtivas.

Com a introdução da propriedade privada e da exploração capitalista dos trabalhadores, os capitalistas tomam-se uma nova classe — a burguesia — e os trabalhadores explorados formam a classe operária, porque, em última análise, uma classe não é senão o conjunto de indivíduos ligados por certos interesses que tentam salvaguardar.

Qualquer forma de poder político — regime parlamentar, multipartidarismo, sistema de partido único, ditadura militar — reflecte os interesses de uma ou várias classes sociais. Assim, qualquer governo socialista é a expressão

dos interesses dos operários e camponeses, enquanto que um governo capitalista representa a classe exploradora. O Estado é, portanto, a expressão da dominação de uma classe sobre as outras.

Do mesmo modo os partidos políticos são a expressão das diferentes classes. Poder-se-ia então concluir daí que um Estado de partido único não conhece um sistema de classes. O que nem sempre é o caso, a não ser que um Estado seja a expressão de uma dominação política pelo povo. Em muitos Estados dotados dum sistema bipartidário ou multipartidário, e onde as categorias sociais são muito nítidas, o governo não representa, de facto, senão um único partido. Tomemos para exemplo os Estados Unidos, onde os Partidos Republicano e Democrático não são senão duas tendências dum único e mesmo partido: o das classes possuidoras.



Entre os Partidos Conservador e Trabalhista, na Grã-Bretanha, há praticamente pouca diferença. Efectivamente, o Partido Trabalhista, criado a fim de defender os interesses da classe operária, tornou-se um partido de

tendência burguesa. Os Partidos Conservador e Trabalhista são, com efeito, a expressão dos interesses da burguesia, de quem reflectem a ideologia.

A única solução possível para o problema da desigualdade social é a abolição do sistema de classes. Porque a divisão existente entre os que planificam, organizam, administram, por um lado, e os que executam os trabalhos manuais, por outro, recria incessantemente o sistema de classes.

Em geral, é difícil, se não impossível, a um indivíduo evadir-se do seu meio de origem. Mesmo quando se fala de «igualdade de oportunidades», a desigualdade subsiste, quando a intenção de «oportunidade» é aspirar a uma posição mais elevada numa sociedade estratificada. As classes dirigentes não têm somente uma força de coesão: estão também conscientes da sua posição dominante, assim como do facto de que terão de defender os seus interesses e a sua posição, perante a ameaça da revolta — cada dia mais premente — do proletariado africano. Porque em África a classe dirigente constitui apenas 1 % da população total, contra os 90 % que representam as massas rurais e os 5 % do proletariado urbano.

Contudo, a luta de classes em África sofreu a presença dos interesses estrangeiros e dos seus representantes. E todas as outras contradições foram dissimuladas pelo conflito que opõe povos africanos e interesses neocolonialistas, colonialistas e imperialistas. É essa, em parte, a razão pela qual os partidos políticos apareceram tão tarde em África.

O quadro seguinte é uma descrição esquemática da sociedade africana contemporânea.

<i>Classes</i>	<i>Organização interna das classes</i>	<i>Elites</i>
<b>camponeses</b>		
<b>proletariado (assalariado)</b>	— rural, trabalhadores agrícolas, etc. — industrial (empregado nas grandes indústrias, nas minas, nos transportes ...)	
<b>pequena burguesia</b>		
a) agricultores (pequena burguesia rural, proprietária, empregando mão-de-obra);	— estatuto social baseado na importância da propriedade e na mão-de-obra empregue;	
b) pequena burguesia das cidades (pequenos comerciantes, artifices).	— estatuto social determinado pela importância e número de negócios e propriedades.	
<b>burguesia nacional reclamando-se do capitalismo:</b>		
— comerciantes	— alta	— intelectuais
— altos funcionários		— altos burocratas
— compradores (quadros superiores nas sociedades estrangeiras).	— média	— quadros do Exército
— empreiteiros		— profissões liberais (grandes juristas, médicos, etc.)
— profissões liberais e chefes de serviços administrativos, etc.		— tecnocratas

<i>Classes</i>	<i>Organização interna das classes</i>	<i>Élites</i>
autoridades tradicionais (assente na tradição, nos costumes, etc., e não na propriedade de terras)	— chefes de clãs — chefes — soberanos — emires	

É ao desenvolvimento desigual da economia africana que se deve a diversidade das estruturas sociais, tanto nos territórios colonizados como nos novos Estados.

Assim, na Rodésia, 4 milhões de africanos são obrigados a viver num espaço muito inferior à metade da superfície total do território. Noutros termos, mais de metade do território está nas mãos de uns 500 000 europeus. É este estado de coisas a origem do fosso que separa brancos ricos e camponeses e trabalhadores africanos pobres, politicamente paralisados. Como em todas as regiões sob dominação colonial, trata-se, antes de tudo, dum problema racial. Os senhores são brancos, e os desprovidos, negros, e todos os argumentos habituais — o mito da inferioridade racial, o direito de dominação dos mais capazes — foram apresentados para justificar o sistema de dominação racial e o seu reforço.

Na África francófona os esquemas sociais nasceram de divisões particulares nesta zona de colonização. Havia primeiramente os «cidadãos franceses» e os colonos franceses, depois, os «assimilados» — ou sejam os mulatos e a *intelligentsia* negra —, os africanos que conseguiram entrar no Exército e na Administração à custa dos seus próprios esforços; por fim estavam os *sujets*<sup>\*</sup>, compreen-

\* Em francês no original.

dendo as grandes massas populares. Se o «assimilado» podia facilmente tornar-se cidadão, o *sujet* tinha primeiro de se tornar «assimilado». Tal sistema existia em todas as colónias francófonas, assim como nos territórios sob dominação colonial espanhola e portuguesa. Segundo o princípio da assimilação, todo o *sujet* podia naturalizar-se francês. De facto, mesmo aqueles que tinham atingido um nível de educação relativamente elevado não pretendiam desfrutar dum tal privilégio, pois, fora das «quatro comunas», a cidadania francesa era incompatível com a retenção do estatuto pessoal, ou seja do direito de viver segundo o direito consuetudinário africano, por oposição ao código civil francês. Havia nisso uma certa lógica, do ponto de vista assimilacionista. Quem quer que aceitasse a nacionalidade francesa devia aceitar as leis e instituições francesas, e, por conseguinte, a monogamia e o direito de sucessão. Tais obrigações não fazem mais do que sublinhar o insucesso da política de assimilação, que não se mostrava já rendível. E, fora das «quatro comunas», o termo «cidadão francês» permaneceu sinónimo de «francês branco e metropolitano».

Enquanto que a natureza dos laços económicos entre a colónia e a metrópole determinava a natureza do conflito social numa dada região, certos factores sublinhavam a importância da imposição dos valores culturais do invasor colonial, se bem que se pudesse, em seguida, atribuí-los às alterações observadas na estrutura das relações de produção.

Nas colónias britânicas, um certo grau de urbanização permitiu o desenvolvimento de uma burguesia e de minorias elitistas burguesas que desenvolveram as suas próprias atitudes e organizações de classe.

Obter um trabalho de escritório tomou-se a ambição de todo o africano desejoso de subir na hierarquia social. Os trabalhos manuais e agrícolas pareciam indignos para todos os que tinham recebido mesmo o grau mais rudimentar de instrução<sup>2</sup>.

Mas foi só depois da conquista colonial que se desenvolveu uma estrutura de classe de tipo europeu, delineando dois grupos bem distintos: o proletariado e a burguesia. Os observadores reacconários nunca quiseram admitir isto, a pretexto de que as sociedades africanas eram homogêneas, logo, sem classes. Uma tal teoria é um desafio à evidência da própria luta de classes.

A burguesia é declaradamente aliada dos neocolonialistas, colonialistas e imperialistas, na vã esperança de manter as massas africanas num estado de permanente sujeição.

<sup>2</sup> Na África pré-colonial, nas condições do regime comunitário, de escravatura ou feudalismo, existem já entidades de classe em classes.

---

### Características e ideologias de classe

---

Existe uma estreita relação entre desenvolvimento sócio-político, luta de classes e história das ideologias. Em geral os movimentos intelectuais reflectem fielmente as tendências fundamentais dos desenvolvimentos económicos. Por outro lado, nas sociedades de tipo comunitário, onde praticamente não existe sistema de classes, as actividades humanas relacionadas com a produção têm uma influência directa na psicologia dos indivíduos. Além disso é indispensável ter em conta a psicologia das classes antagónicas.

Cada uma dessas classes possui os seus hábitos sociais e de vestuário, as suas instituições e as suas organizações. A partir da aparência geral, comportamento e vestuário, é possível identificar o meio de origem de um indivíduo.

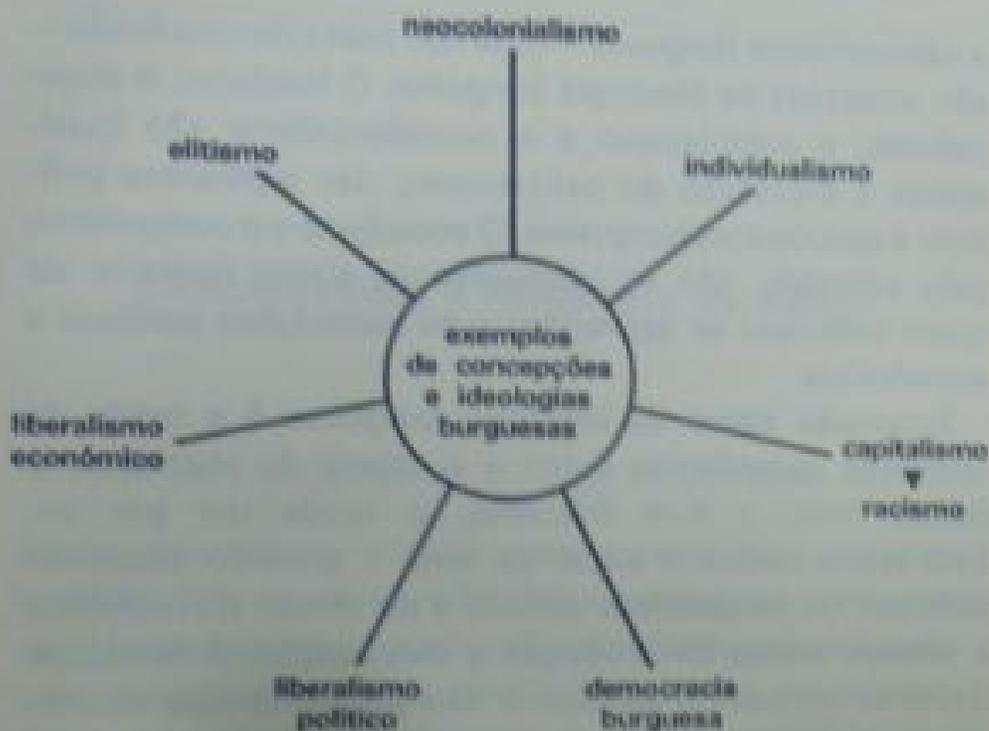
Cada classe tem também as suas instituições e organizações: as cooperativas e sindicatos, por exemplo, são próprias da classe operária, enquanto que as associações profissionais, câmaras de comércio, bolsas de valores, clubes Rotary, as lojas franco-maçónicas, etc., são instituições burguesas.

As ideologias exprimem a consciência e os interesses das classes: o liberalismo, o individualismo, o elitismo e

a «democracia» burguesa — que não passa de uma ilusão — são exemplos de ideologia burguesa. O fascismo, o imperialismo, o colonialismo e o neocolonialismo são igualmente a expressão do pensamento, das aspirações políticas e económicas burguesas. O socialismo e o comunismo, pelo contrário, são as ideologias da classe operária, de quem reflectem as aspirações e as instituições políticas e económicas.

Expressão típica da ideologia burguesa é a teoria da liberdade considerada como a ausência de restrições, o *laissez faire*, a livre iniciativa, o «cada um por si». Esta teoria define o papel de todo o governo enquanto defensor da propriedade privada e do direito do indivíduo a possuir meios de produção e distribuição. A liberdade limita-se ao campo político e não toca o campo económico. O capitalismo — cuja única lei é o seu próprio interesse — é sinónimo de liberdade económica. Inseparável desta concepção de liberdade é o ponto de vista segundo o qual a riqueza e a pobreza correspondem a habilidade e inépcia. A esta concepção burguesa de liberdade associa-se o culto burguês de «Lei e Ordem» sem ter em consideração quem faz a lei, nem os interesses do povo, mas, pelo contrário, os de uma classe, de uma elite.

Em resposta à crescente violência revolucionária no mundo nestes últimos anos, a reacção lançou uma nova terminologia enganadora. Os mitos da «maioria silenciosa» e do «cidadão médio» são outros exemplos que se aplicam a um espírito contra-revolucionário e a favor do *status quo*. Na realidade, a classe operária, que é a maioria nas sociedades capitalistas, está longe de ser silenciosa: grita bem alto a sua intenção de levar a cabo uma transformação radical da sociedade.



Desejosa de adoptar as teorias e tendências da burguesia europeia, a burguesia africana confundiu frequentemente classes e raças. Não conhecendo suficientemente a sociedade europeia, é incapaz de discernir as características de cada classe, tanto no comportamento como na linguagem, nos hábitos de vestuário, em resumo, tudo o que na Europa denuncia o meio de origem. Membros da classe operária europeia vivem como burgueses nas colónias.

Apesar do nível de vida que levam (têm carros, criadas, as suas mulheres estão livres dos trabalhos domésticos), as suas origens sociais não podem escapar à perspicácia dos seus compatriotas.

Aspirando a um estatuto social elevado, logo a seguir à independência a burguesia indígena pôs-se a imitar o

modo de vida dos seus antigos senhores coloniais, sem saber que imitava com efeito uma raça, e não uma classe. A burguesia africana adoptou, pois, um modo de vida que, sendo o da antiga classe dirigente, não é verdadeiramente o da burguesia europeia. Tomou os hábitos de um grupo racial, numa situação colonial. Neste sentido, a burguesia africana não faz mais do que perpetuar a relação senhor-servó do período colonial.

Adoptando servilmente as ideologias da burguesia europeia, a burguesia africana criou certos mitos, desenvolvidos num contexto africano, que reflectem bem a mentalidade burguesa africana. A pretensa teoria da *negritude* é disso o exemplo mais flagrante. Es pseudoteoria pretende conciliar a classe média africana, dominada por estrangeiros, com a ideologia burguesa francesa. Esta concepção contra-revolucionária, irracional e racista, imbuída dos valores ocidentais, reflecte bem a confusão que reina no espírito de certos intelectuais africanos de expressão francesa; e faz, além disso, uma descrição errônea da personalidade africana.

O «socialismo africano» é uma outra concepção inconsequente e sem fundamentos, que pretende demonstrar a existência de uma forma de socialismo exclusivamente reservada à África e que se baseia nas estruturas comunitárias e igualitárias da sociedade africana tradicional.

O mito do socialismo africano é utilizado com o fim de negar a luta de classes e espalhar a confusão no espírito dos verdadeiros militantes socialistas. É utilizado pelos dirigentes africanos que se vêem obrigados — no clima da revolução africana — a adoptar uma teoria socialista, mas que estão, ao mesmo tempo, profundamente comprometidos com o capitalismo internacional e não têm a

intenção de promover um desenvolvimento económico verdadeiramente socialista.

Se a revolução socialista não passou ainda a ser um dogma, na medida em que a forma que vier a assumir será determinada por circunstâncias específicas num período histórico definido, é evidente que não pode assentar sobre compromissos. Os princípios do socialismo científico são imutáveis e implicam a socialização dos meios de produção e distribuição. Todos aqueles que, por oportunismo político, se dizem socialistas e estendem a mão ao imperialismo e neocolonialismo servem os interesses da burguesia. Induzidas momentaneamente a erro, as massas acabarão por tomar consciência disso e desmascarar esse pretenso socialismo, tornando assim possível a aproximação duma autêntica revolução socialista.

---

### Classe e raça

---

Qualquer situação histórica produz a sua própria força dinâmica. Na África, os estreitos laços entre os problemas sociais e raciais nasceram da exploração capitalista: a escravatura, as relações senhor-servo e a mão-de-obra barata são disso exemplos fundamentais.

Um exemplo clássico é a África do Sul e a dupla exploração, de classes e racial, que sofrem os Sul-Africanos. Esta situação repete-se nos Estados Unidos, nas Antilhas, na América Latina e por toda a parte onde o desenvolvimento das forças de produção engendrou uma estrutura social racista. Nestes países, a posição social é função do grau de pigmentação da pele. A cor serve para avaliar o lugar ocupado na hierarquia social.

Os sistemas sociais baseados na discriminação racial são o resultado de um desenvolvimento económico capitalista, e não da colonização. Porque aí a exploração social está baseada numa discriminação racial; nestas sociedades a exploração capitalista e a opressão racial andam de mãos dadas. Para pôr fim a isso basta abolir um destes tipos de exploração.

No mundo moderno, a luta das raças tomou-se parte

integrante da luta de classes. Noutros termos: o problema racial é simultaneamente um problema de classes.

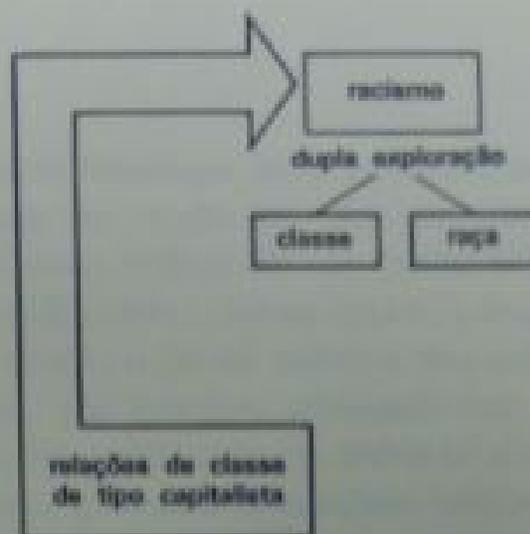
Na África, como por toda a parte, a industrialização acelerou o crescimento da burguesia e, ao mesmo tempo, de um proletariado consciente. Estas duas classes, fundamentalmente opostas nos seus objectivos (a burguesia não tem outra ambição senão o seu enriquecimento e o poder político, enquanto que o proletariado tem aspirações ao socialismo e nacionalismo), constituem os fundamentos do Estado racista. Estas duas classes reclamam-se de duas ideologias bem diferentes: a burguesia quer-se capitalista, enquanto que o proletariado tende para o socialismo.

Na África do Sul, onde os diferentes grupos étnicos coexistem em bases discriminatórias, a burguesia constitui dificilmente um quinto da população. A fim de protegerem as suas posições privilegiadas, britânicos e boers associaram-se contra os «negros», «gente de cor», e «indianos», que constituem  $\frac{4}{5}$  da população total. A «gente de cor» e os «indianos», que são grupos minoritários, desempenham o papel de «tampões», protegendo a minoria branca da maioria negra, de dia para dia mais militante e revolucionária. A mesma luta sócio-racial é empreendida nos outros territórios africanos sob a dominação colonial.

O aparecimento duma sociedade não racial só pode ser fruto duma acção revolucionária conduzida pelas massas.

Não será nunca uma dádiva da minoria dirigente, porque é impossível separar as relações raciais das relações de classe que as sustentam. Aqui, ainda, poderia citar-se o exemplo da África do Sul. Nos começos da colonização holandesa, a distinção era feita, não entre brancos e negros.

mas entre cristãos e pagãos. Somente a partir da introdução da economia capitalista é que apareceram as relações feudais de tipo capitalista e a discriminação racial conhecida pelo nome de *apartheid*. O *apartheid* é o sistema mais intolerável e o mais iníquo jamais engendrado pelo Ocidente burguês capitalista: 80 % da população da África do Sul, não sendo branca, não tem direito de voto.



A escravatura e a dominação racista colonial são portanto a causa, e não a consequência, do racismo. Esta situação cristalizou-se e reforçou-se depois da descoberta de ouro e diamantes. A mão-de-obra africana foi então comprada a baixo preço. Com o tempo, tornou-se necessário justificar a exploração e a opressão dos trabalhadores africanos. Assim nasceu o mito da inferioridade racial.

Na época do neocolonialismo continua a atribuir-se o «subdesenvolvimento» à inferioridade racial, e não à exploração, e acentos racionais acompanham sempre a luta de classes.

Só com a abolição do capitalismo, do colonialismo e do neocolonialismo e com a instauração mundial do comunismo se poderão estabelecer as condições para a eliminação definitiva do problema racial.

## Elitismo

O elitismo é uma ideologia burguesa nascida durante a segunda metade do século XIX, dos trabalhos de dois sociólogos italianos, Vilfredo Pareto (1840-1923) e Gaetano Mosca (1858-1941). Nesta época, a burguesia, que acabava de arrancar o poder político das mãos da aristocracia, via-se, por sua vez, ameaçada por uma classe operária cada vez mais activa e imbuída dos princípios marxistas. Pareto e Mosca pretendiam refutar a doutrina marxista e desmentir formalmente a possibilidade de uma revolução socialista que eliminaria o sistema de classes. Opondo-se a Marx, afirmavam que o talento político designava os verdadeiros dirigentes e que, por outro lado, toda a sociedade seria sempre governada por uma ou mais elites.

Os defensores do elitismo afirmam que é praticamente quase sempre uma minoria que detém o Poder, e que esta escapa ao controle da maioria, quaisquer que sejam as instituições democráticas em vigor. A coesão das elites é a sua força principal. Ainda que numericamente fracas em comparação com o conjunto da nação, possuem um poder desproporcionado com o seu tamanho.

A ideologia elitista é, portanto, perfeitamente ajustável à doutrina capitalista e justifica a dominação da burguesia numa sociedade de classes.

Uma tal ideologia, ao permitir a defesa do mito da superioridade e inferioridade racial, intensifica os preconceitos raciais.

Recentemente o estudo das elites tem sido desenvolvido, e surgiu ultimamente uma multiplicidade de teorias elitistas. É interessante constatar que este desenvolvimento coincide historicamente com a explosão revolucionária que rebentou no mundo inteiro. Ao pretender trazer uma justificação para a continuação da exploração capitalista, os teóricos burgueses viram-se obrigados a aproveitar a doutrina elitista, porque nenhum argumento racional podia justificar a cruel irracionalidade do capitalismo. Tentaram demonstrar que haveria sempre uma elite no Poder e que um movimento estaria sempre nas mãos dos mais capazes. Deste modo, negam a estrutura das classes económicas, assim como a existência da luta de classes no seio da sociedade capitalista.

Um dos princípios fundamentais da teoria elitista pretende que o poder gera o poder, e que, no que diz respeito à política, as massas são apáticas, submissas e deferentes. A democracia foi definida como um conflito de oligarquias rivais. Está na moda, hoje em dia, falar-se de homens com poder de decisão e dissentir que grupo ou grupos exercem realmente o Poder no Seio de um Estado. Pergunte-se: «Existe concentração ou difusão do Poder? Como São tomadas as decisões políticas São tomadas por uma elite no Poder? Qual é o grau de influência das massas?» Ou ainda: «As decisões políticas são o resultado do concerto entre várias elites? É ver-

dade que os governos não governam, mas se limitam a controlar o aparelho estatal, estando eles próprios sob o controle duma autoridade oculta?»

Segundo os pluralistas, o Poder não está nas mãos de uma elite, mas de um conjunto de elites. Diz-se então que o Poder é cumulativo (sendo intervenientes a fortuna, o estatuto social e o poder político). Relacionado com esta ideia surge o conceito de consenso elitista ou coesão política de elites importantes.

Os primeiros elitistas não escondiam a sua intenção de demolir o mito da «democracias». Pretendiam provar que, nas pretensas democracias, o povo ou a maioria do povo não governa, e que, pelo contrário, isso é trabalho de uma elite. Indo mais longe, afirmam que participar no governo não é uma característica da democracia e não é um ideal essencial.

Não pode haver classes no seio de uma classe única. Pode haver várias elites no seio de uma só classe. As elites são o resultado do desenvolvimento e da formação de uma classe.

As estruturas sociais europeias são aproximadamente as seguintes:

A aristocracia tradicional — assente na propriedade imobiliária e títulos;

A classe média — assente nas finanças e dividida em alta, média e pequena burguesia;

A classe operária — assente na agricultura e indústria e dividida em média e baixa classe operária.

Na classe média (nova aristocracia) é preciso ainda citar os plutocratas, administradores, intelectuais, burocratas, tecnocratas, etc., cada um destes grupos consi-

tituindo uma elite. Com o progresso do desenvolvimento tecnológico e da especialização, os tecnocratas — outra burguesia — passam a participar activamente na vida política. Certos elitistas afirmam que a *meritocracia*, ou governo dos peritos, é agora realidade.

A burguesia africana tem elites europeizadas. Na época colonial, a elite era constituída por aqueles que estavam à cabeça dos conselhos legislativos e dos serviços administrativos, ou nas profissões jurídicas, médicas, administrativas, ou que desempenhavam altos cargos no exército e na polícia. A sua posição foi reforçada após a independência. De resto, já não estavam submetidos a uma autoridade colonial. Nos Estados novos, os membros das profissões liberais beneficiaram da política de africanização.

Foi também nesta época que surgiram o que se pode chamar «os novos ricos do partido». É uma elite que se desenvolveu no seio do próprio partido que arrancou a independência política ao colonialismo. As tendências de direita e de esquerda entraram em conflito, porque, uma vez conquistada a independência e o partido no Poder, os elementos de direita não ambicionavam senão o seu enriquecimento pessoal. Serviram-se das suas posições privilegiadas para se entregarem ao nepotismo e à corrupção, desacreditando assim o partido e abrindo o caminho a golpes de Estado reaccionários.

É então que, graças à aplicação de planos de desenvolvimento económico e — por vezes — ao encorajamento de empresas comerciais locais, os capitalistas indígenas em potência encontram novas ocasiões de fazer frutificar os seus negócios.

Mas, de um modo geral, os capitalistas africanos não são senão os subalternos do imperialismo. Recebem ape-

nas as migalhas dos lucros tirados dos investimentos, das sociedades comerciais e dos quadros das empresas estrangeiras. Eis como, uma vez mais, caem nas armadilhas do neocolonialismo.

Devido à sua experiência colonial e neocolonial, a África não possui uma elite de homens de negócios. É como a maioria dos Estados africanos se concentra de preferência mais no sector público do que no sector privado da economia, os capitalistas africanos são pouco numerosos. Um homem de negócios africano interessa-se não tanto pelo desenvolvimento da indústria como pelo seu enriquecimento pessoal por especulação, o mercado negro, a corrupção, graças às comissões sobre contratos e diversas manipulações financeiras relacionadas com a pretensa «ajuda» recebida do estrangeiro. É assim que o capitalismo africano é o aliado da burguesia capitalista. Mas não passa de um peão no imenso tabuleiro do xadrez dos monopólios capitalistas internacionais.

O capitalismo africano está assim em relação directa com os grandes monopólios capitalistas. Segundo alguns, o papel dos homens de negócios em política é nos Estados Unidos cada vez mais importante, porque são eles os responsáveis pela elaboração das grandes medidas políticas. Compreende-se então o papel de poderosas companhias, tais como a Ford, Du Pont de Nemours e General Motors, por exemplo. Em 1953 havia nos Estados Unidos mais de 27 000 milionários, e a concentração de riquezas aumenta cada vez mais. Calcula-se que 1,69 % da população possuem pelo menos 32 % dos activos e quase todos os activos extraídos dos investimentos. Mas cerca de metade da população não tem praticamente nada. Não se pode dizer que nos Estados Unidos o Poder

esteja nas mãos dos mais qualificados, pois a fortuna é hereditária, mas não necessariamente meritória.

No entanto, certos elitistas sustentaram que o desenvolvimento das sociedades industriais marcava a passagem de um sistema de classes a um sistema de elites, baseado no mérito e no esforço. Semelhante teoria é reduzida ao nada perante a realidade da feroz luta de classes que se desenrola no mundo capitalista. Os elitistas não são unânimes no que respeita ao grau de coesão, de consciência e conspiratividade das elites. É, evidentemente, impossível precisar a influência e o poder de decisão, assim como o grau de coesão, duma elite em particular ou de um grupo de elites.

Uma das elites políticas dos países em vias de desenvolvimento é formada pelos dirigentes nacionalistas, pelos burocratas e pela *intelligentsia*. Depois das eleições de 1954, no Ghana, notava-se que 29 % dos deputados eleitos estavam no ensino e 17 % exerciam profissões liberais. Entre os membros da Assembleia Legislativa da ex-África Ocidental Francesa (originários de oito territórios colonizados), depois das eleições de 1953, 22 % ensinavam, enquanto que 27 % eram altos funcionários do Governo e 20 % exerciam profissões liberais.

A burguesia dos países em via de desenvolvimento era, em geral, o produto duma administração e de um sistema de ensino de tipo colonial. O papel predominante da *intelligentsia* burguesa deve-se à política deliberada do poder colonial, cujo interesse era formar uma *intelligentsia* ligada às ideologias ocidentais, de modo a assegurar o bom funcionamento da administração colonial. Ao mesmo tempo, o poder colonial refreou a formação duma classe de homens de negócios indígena.

Com o desenvolvimento das elites, surgem associações como clubes, sociedades médicas, lojas franco-maçônicas, os *rotary clubs*, etc. Estas associações favorecem a formação de classes ao institucionalizarem as diferenças sociais. A consciência de classe manifesta-se pelo desejo de aderir a tais associações e clubes, na certeza de reforçar a posição social.

O elitismo é essencialmente um preconceito de classe, que reforça o capitalismo e, conseqüentemente, o racismo. O elitismo, inerente às classes dominantes, inspira-lhes o desprezo que nutrem pelas massas. O elitismo é inimigo do socialismo e do proletariado.

---

### «Intelligentsia» e intelectuais

---

Durante a época colonial, apareceu, pretendendo servir de ligação entre o poder colonial e as massas, uma *intelligentsia* de formação ideológica ocidental. Originária em grande parte das famílias de chefes tradicionais e das classes possuidoras, limitava-se a um mínimo de elementos capazes de assegurar o bom funcionamento da administração colonial. Esta *intelligentsia* tomou-se uma elite hábil em oportunismo, tanto de direita como de esquerda.

Na África, como na Europa e noutras regiões do Mundo, a posição social é, em grande medida, proporcional ao nível de educação. Com o aumento da alfabetização, as características tribais e étnicas amenizam-se e a divisão em classes acentua-se. Existe — e muito particularmente entre os que fizeram os estudos no estrangeiro — um certo *esprit de corps*. Os que o possuem tornaram-se estranhos ao seu meio de origem e não têm, geralmente, outra ambição que não seja a de fazer uma brilhante carreira política, ter uma posição social elevada e adquirir um estatuto profissional. Com efeito, logo que um grande número de Estados africanos passam a contar

com estabelecimentos de ensino e universidades, milhares de africanos preferem, no entanto, ir fazer os seus estudos ao estrangeiro. Actualmente, cerca de 10 000 estudantes africanos habitam em França, e outros tantos na Grã-Bretanha. Nos Estados Unidos há cerca de 2000.

Nas ex-colónias britânicas existem estabelecimentos de ensino, criados durante a época colonial, segundo o modelo das célebres *public-schools* inglesas e com a mesma organização, tanto no programa de estudos como no que respeita à disciplina e a actividades desportivas. Os colégios de Adisabel, de Mfantipim e de Achimota, no Ghana, são exemplos típicos. Estas escolas têm por objectivo formar uma elite política comprometida com as ideologias burguesas capitalistas da sociedade europeia.

Na Grã-Bretanha o sistema de classes está estreitamente ligado com o sistema de ensino. 3% dos que passam pelas *public-schools* são considerados por muitos «os dirigentes legítimos», isto é, os mais qualificados para dirigir o país, tanto pelo nascimento como pela educação. Porque, na Grã-Bretanha, o sistema de ensino é inseparável da superestrutura sócio-política. Na medida em que as *public-schools* não abrem as portas senão a 6% da população, e que as universidades recebem apenas uma fraca percentagem (5%), os quadros da nação (60% chefes de empresas, 70% parlamentares conservadores e 50% delegados das comissões de inquérito) são produtos das *public-schools*. Por outras palavras, é esta pequena minoria que detém os lugares chaves na vida política e económica do país. A despeito dos esforços tentados, visando torná-lo acessível às massas, este sistema de ensino irracional e arcaico continua em vigor.

E o número cada vez maior de peritos formados em estabelecimentos que não estes que temos vindo a mencionar não é considerado como uma ameaça para a continuidade deste sistema. O mesmo se dá com as pressões exercidas cada vez mais frequentemente pela classe operária: de facto, se tivessem meios para isso, a maioria das famílias operárias não hesitariam em inscrever os seus filhos nos registos dos grandes estabelecimentos particulares, o que lhes permitiria mais tarde disputar funções elevadas na vida social. Os produtos das *public-schools* têm os seus homólogos nas ex-colónias britânicas de África: são estes membros da burguesia africana, que se pretendem mais britânicos que os próprios Britânicos, copiando os seus hábitos, o vestuário, a linguagem afectada dos grandes colégios particulares e das Universidades de Cambridge e Oxford. Ao formar uma *intelligentsia* africana, os colonialistas pretendiam, segundo os seus próprios termos, «formar quadros locais chamados a tornarem-se nossos assistentes em todos os campos e a assegurar o desenvolvimento de uma elite cuidadosamente seleccionada». Viam nisso uma necessidade ao mesmo tempo política e económica. E como é que procedem? — «Damos a prioridade aos filhos de chefes e aristocratas... O prestígio das suas origens deve reforçar o respeito que o saber inspira.»

No Ghana, antes da independência, em 1953, em 208 estudantes da Universidade, 12 % eram oriundos de famílias que possuíam um rendimento superior a 600 libras anuais, enquanto que uma percentagem de 38 % tinha um rendimento anual variável entre 250 e 600 libras e a percentagem restante, 50 %, tinha um rendimento de cerca de 250 libras por ano. Compreende-se a importância

destes números ao saber que apenas em 1962, depois de grandes esforços levados a cabo no plano económico, foi possível à população ter um rendimento anual de cerca de 94 libras por habitante.

Ao contrário dos Britânicos e dos Franceses, os Belgas não quiseram formar uma *intelligentsia*. A sua palavra de ordem parece ter sido a seguinte: «Sem elites não há problemas.» Conhecem-se os resultados de uma tal política: em 1960, no Congo, era praticamente impossível encontrar autóctones suficientemente qualificados para estarem à cabeça do novo Estado, enquadrar o Exército ou ocupar os numerosos quadros administrativos e técnicos deixados vagos pela partida dos colonialistas. A *intelligentsia* conduziu sempre os movimentos nacionalistas no seu início. O seu objectivo não era trazer uma transformação radical das estruturas sociais, mas tomar o lugar do poder colonial. A sua intenção não é mudar o «sistema», mas controlá-lo. Neste sentido, ela é burguesa e formalmente oposta a qualquer transformação socialista revolucionária.

Depois da independência, a *intelligentsia* perdeu a sua homogeneidade. Podiam então distinguir-se três grupos bem demarcados: havia, em primeiro lugar, os aliados da nova classe privilegiada indígena, isto é, a burguesia burocrática política e comercial, abertamente aliada do imperialismo e do neocolonialismo. Entre eles, recrutavam-se os teóricos anti-socialistas, anticomunistas, reclamando-se dos valores político-económicos do mundo capitalista.

Seguia-se então o grupo dos partidários de um desenvolvimento «não capitalista» e de uma «economia mista», adaptáveis aos países menos industrializados, como fase necessária à progressão para o socialismo. Mal interpre-

tado, este conceito pode revelar-se mais perigoso para a causa socialista revolucionária da África do que um conceito nitidamente a favor do capitalismo, se não for utilizado com um fim muito provisório; porque poderia retardar o processo revolucionário. A história provou-o: permitir ao capitalismo e à iniciativa privada desenvolverem-se simultaneamente num Estado que se diz socialista é abrir caminho ao triunfo das forças reaccionárias. O sector privado da economia não cessará de tentar expandir-se em detrimento da linha socialista seguida pelo governo. Finalmente, na maior parte dos casos, a reacção conseguirá, com a ajuda do neocolonialismo, perpetrar um golpe de Estado que demubará esse governo socialista.

Os intelectuais revolucionários constituem o terceiro grupo que apareceu no seio da *intelligentsia*, após a independência. Foram estes que enquadraram as massas na sua luta para o verdadeiro socialismo. Formados, na sua maioria, nas escolas coloniais, reagiram fortemente ao processo de assimilação, tomando-se assim autênticos socialistas revolucionários e nacionalistas. É portanto a este grupo que cabe a tarefa de anunciar e promulgar os objectivos socialistas da revolução africana e, consequentemente, desmascarar e refutar a corrente de ideologias capitalistas e os pretensos conceitos propagados pelo imperialismo, pelo neocolonialismo e pela reacção indígena, com a ajuda dos meios de comunicação modernos.

Os intelectuais estudantes, professores, etc., das sociedades capitalistas e neocolonialistas são, na sua maioria, membros de uma elite burguesa susceptível de tornar-se uma força política revolucionária, ou contra-revolucionária, a despeito do facto de terem sido, antes da independência, dirigentes nacionalistas. Estão presente-

mente divididos em vários grupos. Em primeiro lugar, os que tomaram parte na luta nacionalista revolucionária e estão agora no governo, dando a sua preferência quer aos novos ricos do partido, quer aos revolucionários socialistas. Vêm a seguir os que estão na oposição, ou os que se não interessam pela política, ou ainda os que são a favor de uma política de compromisso. Há por fim os intelectuais de má fé, que embora reconheçam a irracionalidade do capitalismo, não rejeitam os seus benefícios e o seu modo de vida. Esses estão prontos a prostituírem-se e a tomarem-se os agentes e aliados do privilégio e da reacção, para defenderem os seus interesses. Os intelectuais saídos dos meios proletários são geralmente mais determinados do que os que provêm dos sectores privilegiados da sociedade. Mas a elite intelectual é a menos capaz de coesão e homogeneidade. Nos Estados Unidos, na Grã-Bretanha e na Europa Ocidental, a maioria dos intelectuais são direitistas. Do mesmo modo, as aspirações da maioria dos intelectuais africanos são características da classe média: aspiram ao poder, ao prestígio, à riqueza e a posições sociais elevadas, para eles próprios e para os membros das suas famílias. A maior parte dos que vieram de meios operários aspiram a pertencer à classe média e evitar os trabalhos manuais, tornando-se assim estranhos ao seu meio de origem.

Cada vez que intelectuais socialistas revolucionários desempenharam cargos numa administração progressista, foi, em regra geral, devido à adopção dos princípios marxistas como base política e à formação de partidos comunistas e outras organizações, pondo-os constantemente em contacto directo com as massas.

Se quiserem desempenhar um papel na revolução

africana, a *intelligentsia* e os intelectuais devem estar conscientes da luta de classes que se desenrola em África e pôr-se ao lado das massas oprimidas. Isso implica a tarefa difícil, mas não impossível, de se libertarem do doutrinação dos conceitos burgueses divulgados pelo poder colonial, por meio do ensino e da propaganda. A ideologia da revolução africana liga a luta de classes conduzida pelas massas africanas aos movimentos socialistas revolucionários mundiais e ao socialismo internacional.

Nascida das lutas de libertação nacional, tende à libertação total, à unidade política e à socialização do continente africano. Única no género, desenvolveu-se no quadro da revolução africana. Ela é o produto da personalidade africana, assim como dos princípios do socialismo científico.

---

**Cliques reaccionárias  
no seio do exército e da policia**

---

Em África, a maioria das forças armadas e da policia foram formadas pela administração colonial. Raros são os membros que participaram nas lutas de libertação nacional. Tomaram antes parte nas operações policiais levadas a cabo para a eliminação desses movimentos de libertação. Nesta mesma época, a maioria dos exércitos estava sob as ordens de oficiais europeus. Com a independência, quando as politicas de africanização foram postas em prática, devido à falta de candidatos qualificados, um grande número de africanos que não tinham, no entanto, recebido a formação necessária receberam o grau de oficiais. Muitos deles, que tinham exercido cargos de professores no exército, pertenciam à pequena burguesia instruída. Tinham recebido, simultaneamente com os antigos oficiais dos exércitos actualmente em serviço em África, uma formação militar, quer dos próprios colonialistas, quer nas academias militares europeias. Uma tal formação não podia senão torná-los cúmplices das normas e ideais do Ocidente. Devido à sua posição na sociedade, poder-se-iam colocar na mesma categoria que a burguesia buro-

crática, com quem partilham a preferência por um modo capitalista de produção.

Entre os jovens oficiais há alguns que durante a adolescência participaram nas lutas de libertação nacional, o que os torna mais receptivos à ideologia socialista revolucionária. No entanto, embora um pequeno número entre eles seja favorável à revolução africana, a maioria dos oficiais superiores sucumbiu ao mesmo doutrinação burguês que os antigos oficiais assimilaram. Porque eles estão estreitamente ligados, pela posição que ocupam na sociedade e pelas suas aspirações, à burguesia e às elites militares reaccionárias de outros países.

Em muitos casos, os oficiais de carreira e os funcionários foram formados nos mesmos estabelecimentos particulares, tanto em África como no estrangeiro. Esta experiência comum desenvolveu entre eles uma semelhança de pontos de vista e de interesses e uma aversão comum à mudança, assim como o culto das organizações e instituições da sociedade burguesa. Esta atitude encontra-se até mesmo na nova geração de oficiais e burocratas que dividem entre si o Poder a seguir aos golpes de Estado. A rigidez das suas posições e dos seus conceitos reflecte o clima sócio-político do período colonial.

Quando se dá um golpe de Estado, o exército, a polícia e a burocracia trabalham em conjunto. Isso não quer necessariamente dizer — embora tenha sido por vezes o caso — que tenham sido eles os autores do golpe de Estado. Mas, como partilham os mesmos interesses, tornam-se dependentes uns dos outros. Com efeito, os burocratas só por si não podem derrubar um governo; e nem os militares nem a polícia têm a competência necessária para administrar um país. Assim, combinam os seus

esforços de modo a produzir uma situação impressionantemente semelhante à época colonial, em que o governo se apoiava na administração, no exército e na polícia, assim como nos chefes tradicionais.

A maioria dos golpes de Estado foram perpetrados sem a participação das massas. Estas, traídas e reprimidas, caem novamente nas condições de vida da época colonial. O poder dos chefes tradicionais é reinstaurado. O apoio no aparelho repressivo policial é, nos Estados neo-colonialistas, outra reminiscência da época colonial. Pela natureza do seu trabalho, a polícia — contrariamente aos militares — está em contacto directo com o povo. Logo que se dá um golpe de Estado, sabem exactamente quem prender e para onde devem levar os prisioneiros. Sabem também organizar e manobrar um motim ou uma manifestação. Frequentemente, há polícias implicados em negócios de corrupção. Conhecem todos os aspectos do crime e põem frequentemente em prática o ditado «o fim justifica os meios». Tal como os militares, estão estreitamente ligados à burguesia burocrática, de quem partilham os interesses.

Os elementos subalternos do exército e da polícia são, em geral, camponeses. Sem cultura, na sua maioria, aprenderam a nunca discutir as ordens e a servir os interesses capitalistas da burguesia. Estão portanto afastados da luta empreendida pelas massas, donde, no entanto, sabem. Porque, se a obediência cega às ordens superiores é uma das regras fundamentais da disciplina militar, esta regra pode ser perigosamente interpretada pela minoria privilegiada que está à altura de a fazer aplicar por sua conta. Por outras palavras, o simples soldado, assim como o simples polícia, podem tornar-se o instrumento de suporte

dos regimes reaccionários. É assim que o camponês ou o operário se tornam adversários da sua própria classe.

A única solução para este problema é a politização do exército e da policia, que devem ficar sob o controle restrito do partido socialista revolucionário e de comissões dirigidas por verdadeiros militantes revolucionários socialistas. É igualmente indispensável que a disciplina, no exército e na policia, seja baseada na compreensão, e não na obediência cega. Trata-se de pôr fim a esse espírito mercenário que aí impera e de criar um exército nacional, assim como uma milícia popular: operários, camponeses, soldados e policias deveriam dar-se as mãos, porque pertencem à mesma classe e aspiram a uma mesma revolução socialista.

O exército e a policia são mais disciplinados, mais móveis e estão tecnicamente melhor equipados que as outras organizações sociais. Estão armados, o que faz deles forças de importância fundamental. O uso a fazer deles depende da ascendência desta ou daquela tendência política dentro da sociedade e das pressões, internas e externas, exercidas sobre os seus quadros.

Cada vez que o exército intervém na vida política, fá-lo como força social. Os golpes de Estado não são senão a expressão de uma luta de classes e do conflito que opõe o imperialismo à revolução socialista. Depois de tomar o Poder, o exército dá a sua adesão a um determinado partido. Neste sentido, o exército não só é um instrumento de luta, mas também parte integrante da luta de classes, rompendo assim o véu que o isolava das transformações sócio-económicas e políticas da sociedade. O que reduz a nada a teoria da neutralidade das forças armadas lançada pela classe dominante.

A intervenção do exército, em política, é dirigida pela minoria privilegiada, ansiosa por defender os seus interesses. Postos perante o facto consumado, os membros do exército não podem senão inclinar-se. Se em casos semelhantes, em África, um golpe de Estado permitiu a instauração de um regime menos reaccionário, a maioria dos golpes de Estado foram perpetrados por militares burgueses, estreitamente ligados à burguesia burocrática e ao neocolonialismo, com o fim de assegurar a continuidade do capitalismo e frustrar os planos da revolução socialista africana.

Em certos países africanos onde o exército pretendeu intervir em nome da revolução socialista, fê-lo com um objectivo puramente nacionalista. Pretendendo pôr fim à exploração estrangeira, melhorar as condições de vida, «nacionalizar» — em certos casos — as sociedades estrangeiras e fechar as bases militares estrangeiras, não trouxe de facto nenhum melhoramento às condições de vida do povo, que se vê então explorado, não por estrangeiros, mas pela burguesia indígena. O país é então a presa do neocolonialismo e da burguesia, ora representada por políticos de segunda ordem, ora por militares e polícias burgueses. É instalado um regime fantoche. Mas a revolução socialista não terá lugar senão com a tomada do Poder pelos operários e camponeses em luta.

Os exércitos regulares africanos são mantidos à custa de enormes quantias de dinheiro. O exército congolês, por exemplo, recebeu durante os quatro primeiros anos da independência um sexto do rendimento nacional — ou sejam 25 milhões dos 150 milhões do orçamento nacional. Em previsões das receitas orçamentais de África francófona para 1967-1968, oito dos quinze Estados

francófonos forneceram ao exército entre 15 % e 25 % dos seus recursos. O Mali, a Guiné, o Tchad e os Camarões estavam dispostos a despende um quarto do seu orçamento nacional para fins militares.

Geralmente, os ordenados dos oficiais são aproximadamente os mesmos que os dos oficiais estrangeiros. Consequentemente a diferença de estatuto e de poder que separa os quadros do exército das suas tropas é considerável. Muito mais do que na Europa, Estados Unidos e outros sítios.

Em África, o ordenado de um tenente-coronel é dez ou quinze vezes mais importante que na Europa e na América. O seu estatuto social, artificialmente elevado, dá aos oficiais africanos uma arrogância insuportável. Mesmo os simples soldados e polícias tomam-se por uma elite, porque têm salários mais elevados que os pequenos empregados da administração. A prática cada vez mais corrente de nomear os quadros do exército para altos cargos diplomáticos mostra bem a importância da sua posição na sociedade africana. A enormidade das somas gastas para a manutenção dos exércitos nos Estados africanos não tem razão de ser, porque os territórios africanos não estão ameaçados do exterior. De resto, as disputas fronteiriças — herança do colonialismo — são susceptíveis de serem resolvidas pacificamente.

Os combates empreendidos para pôr fim aos últimos bastiões do colonialismo são obra não de exércitos permanentes mas de movimentos de guerrilha. Se somente uma pequena porção das somas despendidas com a manutenção dos exércitos permanentes fosse gasta no equipamento dos combatentes da liberdade, a revolução africana estaria mais próxima. A única razão que poderá justificar

a manutenção de grandes exércitos permanentes é a necessidade vital que os objectivos revolucionários africanos impõem: a unificação política de África sob a direcção de um alto Estado-Maior Pan-Africano.

No caso de haver uma crise política, o exército tem tendência a apresentar as mesmas divisões que a comunidade política. Tende a dividir-se segundo classes e tribos. A classe dos oficiais é geralmente conservadora, isto é, reaccionária. Existe para a manutenção da ordem estabelecida. Do ponto de vista histórico, conhece-se sobrejamente o papel dos exércitos permanentes na repressão dos movimentos revolucionários; são o instrumento das classes dominantes no seu esforço de dominação burguesa.

O efectivo dos exércitos africanos é fraco em relação ao dos exércitos europeus, asiáticos, americanos (do Norte e do Sul). Há três países a sul do Sáara que têm exércitos de mais de 10 000 homens: o Sudão, a Etiópia e o Congo-Kinshasa. Catorze Estados africanos têm exércitos inferiores a 2000 homens. É verdade que, devido à sua fraca densidade populacional e à pouca viabilidade das suas economias, a manutenção de tais exércitos é, para muitos Estados, um verdadeiro fardo. Mas o facto de a maioria dos exércitos serem dirigidos por oficiais que partilham os interesses da burguesia burocrática e do colonialismo dá ao seu papel na vida política do continente uma importância completamente desproporcionada.

Estes exércitos recebem a ajuda de países capitalistas sob a forma de fornecimento de armas, de equipamento e de treino. Em 1964 contavam-se em África 3000 peritos franceses e 6000 peritos militares britânicos. 1500 africanos receberam treino militar em França, enquanto que 700 o foram fazer à Grã-Bretanha. Cerca de catorze

Estados africanos concluíram acordos com o Estado de Israel, que lhes fornece armas e lhes treina os exércitos. Recentemente a Alemanha Federal concluiu acordos, relativos ao envio de peritos e outras formas de ajuda militar, com estes Estados situados nas regiões mais estratégicas do continente africano. Entretanto, os Estados Unidos estabelecem, ao mesmo tempo que desenvolvem os seus interesses comerciais, redes militares e de informação que lhes permitem exercer fortes pressões sobre a vida política em África. Enquanto os Estados africanos dependerem, de algum modo, da ajuda dos países capitalistas para o treino, as armas e o equipamento, a revolução africana está comprometida. Não é por acaso que nunca se dão golpes de Estado nos países em que o exército está sob as ordens de oficiais estrangeiros: apesar do seu reduzido número, estão à altura de impedir qualquer mudança do *status quo*, em virtude de representarem a força militar da potência estrangeira de que depende a segurança dos governos indígenas.

---

## Golpes de Estado

---

Os golpes de Estado são uma forma de luta que visa a tomada do poder político. E, sendo o resultado da acção combinada de determinados membros dum órgão do Estado aparentemente isolado da sociedade, fazem parte integrante da luta de classes e do conflito que opõe capitalismo e revolução socialista. Se não modificam a natureza ou o conteúdo desta luta, modificam-lhe a forma. A situação político-económica e social permanece a mesma, enquanto que as aspirações revolucionárias continuam insatisfeitas. Os golpes de Estado reaccionários contribuem de facto para o avanço revolucionário, na medida em que as condições necessárias a uma transformação revolucionária aumentam.

Os golpes de Estado reaccionários e pró-imperialistas são a prova da derrota do imperialismo e seus aliados, que, não se podendo servir dos métodos tradicionais, recorrem às armas para travar o avanço do socialismo e reprimir as massas. Deixam assim transparecer o desespero e a fraqueza das forças reaccionárias, e não a sua força. Eles são o último recurso das classes exploradoras indígenas e dos neocolonia-

listas para conseguirem manter o *status* que burgueses reaccionários.

Os observadores burgueses avançaram com inúmeras teorias no sentido de explicar a sucessão de golpes de Estado decorridos em África no decurso dos últimos anos. Em certos casos, viram neles a consequência do tribalismo e do regionalismo ou ainda o descontentamento de determinados membros do exército e da policia perante a incompetência, a corrupção e o caos económicos criado pelos políticos. Mas nenhuma destas teses está de acordo com a realidade. São explicações superficiais e inexactas que dão uma imagem falsa da realidade. Todas parecem ignorar a existência da luta de classes e do papel dos interesses burgueses, assim como das pressões neocolonialistas. Fazem um silêncio bem significativo sobre a natureza repressiva dos golpes de Estado e sobre a não participação das massas. No entanto, uma vez realizado o golpe de Estado, fala-se de multidões que entusiasmadamente aplaudem o golpe, e são cuidadosamente preparadas manifestações que visam fazer crer que os autores do golpe de Estado tiveram o apoio das massas. Simultaneamente, as cliques reaccionárias que se apoderaram do Poder — e que apenas representam a mesquinhez do espírito burguês — põem em funcionamento os chamados *conselhos revolucionários* ou *de libertação*. O emprego destes termos destina-se a dar ao povo a ilusão de que o novo regime o libertou e que a sua única finalidade é satisfazer as suas aspirações.

Quando se trata de golpes de Estado nacionalistas revolucionários, tendo os membros do novo regime proclamado a sua intenção de pôr fim à dominação politico-económica das potências estrangeiras, poder-se-ia então

crer que estejam a agir no interesse do povo. De facto, a sua revolução não é socialista: é o resultado da acção conjunta da burguesia nacionalista. A situação do proletariado urbano e rural, após o golpe de Estado, dificilmente se modificou: continua ainda a ser explorado e oprimido, mas desta vez pela burguesia indígena, cujos interesses comerciais — ligados aos das potências estrangeiras — se disfarçam por detrás de uma fachada nacionalista.

A África é actualmente o teatro de lutas que opõem imperialistas e massas africanas. A agressão imperialista não tem apenas assumido a forma de golpes de Estado, manifesta-se também através do assassinato de dirigentes revolucionários e do estabelecimento de centros de informação. Além disso têm sido intensificadas as já existentes redes de informação do capitalismo ocidental, que trabalham em estreita colaboração com os governos neocolonialistas a fim de impedir o avanço do socialismo. Os Estados Unidos, a Grã-Bretanha, a Alemanha Federal, a França, Israel, Portugal, a Rodésia e a África do Sul mantêm activamente este tipo de cooperação.

A maior parte destas organizações estão estreitamente relacionadas umas com as outras, no que respeita aos seus interesses vitais. E frequentemente estão por detrás dos golpes de Estado. Verifica-se, de facto, que não ocorrem golpes de Estado nos países onde o exército, a polícia e os serviços de informação são dirigidos pelos oficiais brancos das antigas potências coloniais. Estes velam para impedir qualquer tentativa de golpe de Estado, porque sabem que o regime fantoche e neocolonialista que servem é instrumento do poder neocolonialista de quem defendem os interesses. Por outro lado, a escalada militar e político-económica de colaboração dos países que fir-

nam o triângulo branco (Portugal, Rodésia, África do Sul) intensificou-se no decurso dos últimos anos, que viram também um ressurgir das actividades socialistas revolucionárias em África. Demonstra-o a resistência cada vez maior das massas camponesas e operárias aos regimes reacconários, assim como a multiplicação dos movimentos de resistência clandestinos por todo o continente africano. No espaço de sete anos, de Janeiro de 1963 a Janeiro de 1970, sucederam-se vinte e cinco golpes de Estado em África:

<i>Datas</i>	<i>Países</i>
13 de Janeiro de 1963	Togo
12-16 de Agosto de 1963	Congo-Brazzaville
19-28 de Outubro de 1963	Daomé
18 de Fevereiro de 1964	Gabão
1 de Janeiro de 1965	República Centro-Africana
4 de Janeiro de 1965	Alto Volta
18 de Junho de 1965	Argélia
25 de Novembro de 1965	Congo-Kinshasa
22 de Dezembro de 1965	Daomé
15 de Janeiro de 1966	Nigéria
24 de Fevereiro de 1966	Ghana
29 de Julho de 1966	Nigéria
29 de Novembro de 1966	Burundi
13 de Janeiro de 1967	Togo
24 de Março de 1967	Serra Leoa
17 de Dezembro de 1967	Daomé
18 de Abril de 1968	Serra Leoa
3 de Agosto de 1968	Congo-Brazzaville
4 de Setembro de 1968	Congo-Brazzaville
18 de Novembro de 1968	Mali
26 de Maio de 1969	Sudão
1 de Setembro de 1969	Líbia
16-19 de Outubro de 1969	Somália
10 de Dezembro de 1969	Daomé
29 de Janeiro de 1970	Lesotho

Houve, além destas, numerosas tentativas de golpes de Estado e outras tantas de assassinatos. Em Janeiro de 1964 rebentaram motins no seio dos exércitos de Tanzânia, Uganda e Quênia. As tropas britânicas ajudaram a reprimi-los, enquanto que do mesmo modo eram desmanteladas conspirações e tentativas de golpes de Estado noutras partes.

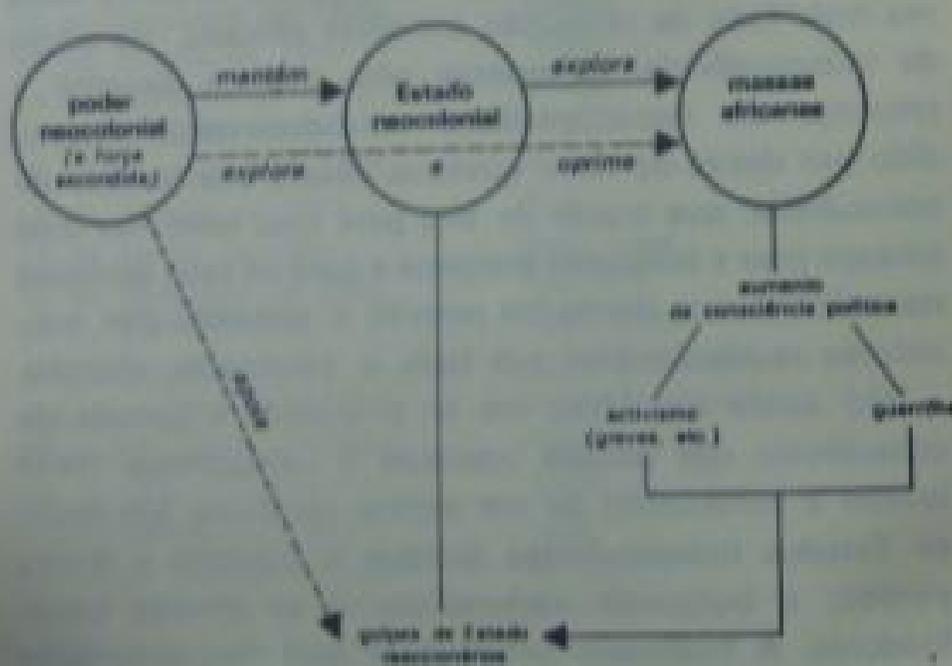
A própria natureza das relações político-económicas existentes entre o neocolonialismo e os regimes fantoches numa África balcanizada demonstra bem que, enquanto o continente africano não realizar a sua unificação política, haverá sempre golpes de Estado.

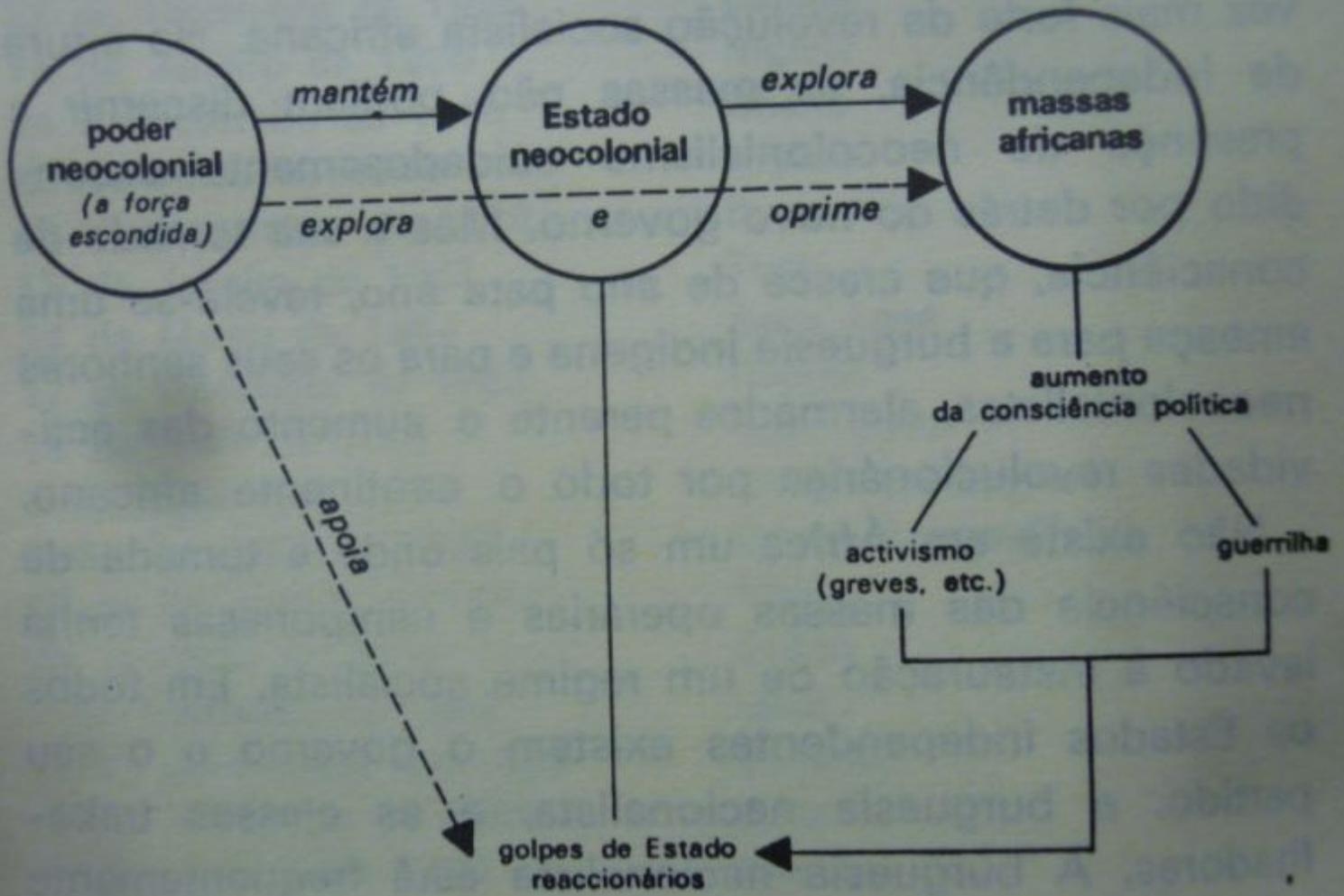
Todos estes golpes de Estado são consequência de uma mesma situação: existem, por um lado, as potências neocolonialistas que manobram os Estados neocolonialistas dando o seu apoio às elites reaccionárias burguesas que lutam pelo Poder; por outro, as massas africanas, cuja crescente tomada de consciência revela o impulso cada vez mais forte da revolução socialista africana. Na altura da independência, as massas não podiam discernir a presença do neocolonialismo cuidadosamente escondido por detrás do novo governo. Mas a sua tomada de consciência, que cresce de ano para ano, revela-se uma ameaça para a burguesia indígena e para os seus senhores neocolonialistas, alarmados perante o aumento das actividades revolucionárias por todo o continente africano.

Não existe em África um só país onde a tomada de consciência das massas operárias e camponesas tenha levado à instauração de um regime socialista. Em todos os Estados independentes existem o governo e o seu partido, a burguesia nacionalista, e as classes trabalhadoras. A burguesia nacionalista está frequentemente

ligada — aparentemente ou não — ao partido, logo, ao governo. Logo que o partido da burguesia nacionalista não esteja representado no governo, a burguesia nacionalista organiza a subversão e tenta um golpe de Estado.

Apesar de ter participado nas lutas de libertação, antes da independência, o proletariado africano não assumiu ainda a liderança como classe. Em quase todos os Estados — independentes ou não — existem ou estão-se preparando guerras de guerrilha como única forma de luta contra regimes colonialistas e neocolonialistas. Outros movimentos, sob a direcção de membros da burguesia nacional, com o objectivo de libertar os territórios da dominação estrangeira, e não de instaurar um regime socialista, constituem uma ameaça para a revolução africana; porque apenas o socialismo científico realizará a libertação e a unificação total da África.





Os movimentos de libertação mais conhecidos são os seguintes:

*África do Sul*

PAC: Congresso Pan-Africanista

ANC: Congresso Nacional Africano

APDUSA: União Democrática dos Povos Africanos da África do Sul

*Zimbabwe (Rodésia)*

ZANU: União Nacional Africana do Zimbabwe

ZAPU: União Popular Africana do Zimbabwe

*Sudoeste Africano*

SWAPO: Organização Popular do Sudoeste Africano

SWANU: União Nacional do Sudoeste Africano

*Angola*

MPLA: Movimento Popular de Libertação de Angola

GRAE: Governo Revolucionário de Angola no Exílio

UNITA: União Nacional para a Independência Total de Angola.

*Moçambique*

FRELIMO: Frente de Libertação de Moçambique

COREMO: Comité Revolucionário de Moçambique

*Guiné-Bissau*

PAIGC: Partido Africano para a Independência da Guiné e Ilhas de Cabo Verde

*Tchad*

FROLINAT: Frente de Libertação Nacional

*Congo-Kinshasa*

CNL: Movimento Congolês de Libertação Nacional

*Eritreia*

ELF: Frente de Libertação da Eritreia

Enquanto os meios de produção não forem controlados pelas massas, os movimentos de guerrilha continuarão as suas actividades nos Estados africanos. Enquanto os dirigentes africanos não se entregarem à causa do socialismo científico, estarão a retardar o processo revolucionário. Actualmente o vento da guerrilha sopra sobre o Gabão, a Etiópia, o Malawi, o Sudão, a Eritreia, o Quênia, os Camarões, a Nigéria e todos os Estados que não estão unidos no socialismo.

Governos reaccionários tentam conter o despertar político das massas, seja através de pretensas políticas socialistas, seja através da repressão, seja, por fim, permitindo golpes de Estado militares. Seja qual for o método que empreguem, afirmam sempre servirem os interesses do povo, desembaraçando-se de políticos corruptos e incompetentes e reorganizando a economia. Na realidade, estão a salvaguardar os interesses capitalistas, assim como os seus próprios interesses burgueses e os dos monopólios capitalistas internacionais.

A explosão de golpes de Estado militares na África revela a falta de organização socialista revolucionária, a necessidade premente de um partido do proletariado de toda

a África, assim como a necessidade de um exército pan-africano. Seja ela política, económica ou militar, a luta revolucionária socialista não será efectiva se não for organizada e não estiver profundamente enraizada na luta dos operários e camponeses.

---

## A burguesia

---

O colonialismo, o imperialismo e o neocolonialismo são expressões do capitalismo e das aspirações económicas da burguesia. Em África, o desenvolvimento do capitalismo provocou o declínio do feudalismo e o aparecimento de uma nova superestrutura social.

Antes da colonização, o poder dos chefes indígenas — que não eram proprietários de terras — estava submetido a um controle restrito. Era a função do chefe, e não o próprio chefe, que era sagrada. Um conselho de anciãos exercia o controle. O colonialismo reforçou o poder dos chefes pelo sistema de «administração indirecta». Além dos seus novos poderes, eram por vezes remunerados, tomando-se assim, na maioria, agentes locais do colonialismo. Em certas colónias, a administração colonial designava os novos chefes, que foram então conhecidos pelo nome de «chefes de cantões».

Os imperialistas serviram-se da nobreza feudal e tribal para assegurar a sua exploração, o que aumentou ainda mais as contradições sociais, já que o feudalismo mantinha as massas camponesas debaixo do seu controle rígido e impedia qualquer possibilidade de organização revolucionária.

Subsistem ainda, em algumas regiões da África, restos de feudalismo. Assim, na Nigéria setentrional, tal como nas regiões setentrionais e ocidentais dos Camarões, os chefes de tribos vivem da exploração de camponeses, que devem não só pagar taxas e tributos, mas também fazer trabalhos forçados.

Mas, embora permaneçam vestígios do feudalismo, o colonialismo introduziu estruturas capitalistas na sociedade africana. Apareceu então uma pequena burguesia e uma diminuta (mas influente) burguesia nacional, composta principalmente por intelectuais, funcionários, representantes das profissões liberais e quadros da polícia e do exército. Os capitalistas africanos primavam pela ausência, pois o poder colonial tinha desencorajado qualquer tentativa local de empresa privada. Consequentemente, quem quer que desejasse fazer fortuna e adquirir um estatuto social não tinha outro remédio senão participar na administração, no exército, ou tornar-se membro de uma profissão liberal. As indústrias mineiras, as empresas industriais, os bancos, o grande comércio e as grandes explorações agrícolas estavam na mão de estrangeiros. Em geral, a burguesia africana é de facto uma classe média.

É em parte devido a estas restrições desfavoráveis ao comércio indígena que a burguesia africana se opôs à dominação imperialista.

Depois da Segunda Guerra Mundial, quando os movimentos de libertação se estavam a tornar cada vez mais virulentos, os imperialistas viram-se obrigados a integrar a burguesia africana nas esferas donde tinha anteriormente estado excluída. Nessa altura passou a haver um número muito maior de africanos na administração e nas

companhias estrangeiras. Assim nasceu uma nova elite africana, estreitamente ligada ao capitalismo estrangeiro. Ao mesmo tempo, medidas repressivas abateram-se sobre os partidos progressistas e sindicatos; os colonialistas entraram em guerra contra os povos de Madagáscar, dos Camarões e da Argélia. Foi nessa altura que se lançaram as bases do neocolonialismo.

Durante as lutas de libertação nacional, a pequena burguesia dividiu-se em três categorias:

- Em primeiro lugar, aquela que defendia o colonialismo e um desenvolvimento económico e social de tipo capitalista. Eram em geral os funcionários, os membros das profissões liberais e agentes de firmas estrangeiras;
- Depois, os «pequeno-burgueses revolucionários» — os nacionalistas —, que queriam o fim da dominação colonial, mas não pretendiam uma transformação radical da sociedade. Constituem uma parte da burguesia nacional;
- Por fim, os «espectadores», isto é, todos os que seguiam passivamente os acontecimentos.

Em geral, poucos membros da burguesia africana acumularam capital tão importante que lhes permitisse desenvolver um mundo de negócios africano. Permanece, portanto, uma burguesia compradora, tributária em grande escala dos interesses imperialistas em África.

O colonialismo e o neocolonialismo nunca encorajarão a sua integração — a título de igualdade — nas esferas económicas, porque não querem fazer dela uma rival. A burguesia indígena deve, portanto, submeter-se ao capi-

talismo estrangeiro. Eis por que a sua força reside apenas, por um lado, no apoio que recebe dos elementos feudais reacclonários do país e, por outro, na ajuda política, económica e militar do capitalismo internacional. Acontece que o imperialismo encoraja os movimentos de libertação, e isso nas regiões coloniais onde a exploração capitalista atingiu um estágio em que a influência de um partido trabalhista ameaça os interesses do capitalismo internacional. Ao dar independência aos partidos burgueses, as forças indígenas reacclonárias ficam em posição de poder, cimentando então a sua aliança com a burguesia internacional. As lutas de libertação conhecem quase sempre duas tendências: uma, verdadeiramente a favor não só de uma libertação nacional mas sobretudo da instauração do socialismo; enquanto que outra — que conta com o apoio do imperialismo — tem por objectivo a conservação das estruturas capitalistas.

Na maioria dos Estados africanos existem embriões de burguesia rural. No Ghana colocam-se nesta categoria os grandes proprietários e plantadores de cacau. Segundo o recenseamento efectuado em 1960, o número de membros da burguesia rural eleva-se a 1,4 milhões, enquanto que o da burguesia urbana se eleva a 300 000 membros. Isto numa população em que a percentagem urbana é de 24 %. As burguesias urbana e rural não têm frequentemente consciência de classe que lhes permita medir a extensão da sua força e do seu poderio em relação às massas, cuja crescente resistência constitui uma ameaça à sua situação privilegiada. O proletariado urbano e rural aliou-se à burguesia nacional na luta pela independência que visa a supressão do poder colonial. Os antagonismos sociais apagaram-se momentaneamente, mas, uma vez

conquistada a independência, reapareceram com as políticas económicas e sociais dos novos governos.

Não é possível dar-se uma fusão das classes após a independência: o governo é, nessa altura, de uma ou outra tendência. Certos teóricos sustentam que, a fim de derrubar a ordem burguesa, o proletariado e a pequena classe média deveriam formar uma coligação, conquistando assim para a sua causa o campesinato. Mas parecem ignorar este facto: no que diz respeito a interesses económicos, a pequena classe média colocar-se-á sempre ao lado da burguesia para defender as estruturas capitalistas. Apenas a união do proletariado com as massas camponesas poderá conduzir a estruturas autenticamente socialistas. Em conflitos que impliquem interesses políticos e económicos, estes últimos levam sempre a melhor.

Assim como a burguesia internacional, a burguesia africana está convencida de que os governos devem proteger a propriedade privada e que o sucesso se mede pela fortuna, pela aquisição de bens pessoais e de um estatuto social.

Existem, portanto, em África organizações burguesas — clubes e associações profissionais — semelhantes àquelas que se encontram nas sociedades burguesas da Europa e da América. Segundo a burguesia, a vida política deve limitar-se às rivalidades entre os diversos grupos proprietários. Não é raro assistir-se em África, assim como na Ásia, na América Latina e noutras partes do Mundo, a uma sucessão de golpes de Estado num só país. Trata-se então de uma luta pelo Poder entre dois grupos capitalistas. Porque os países da África, Ásia e América Latina têm um mesmo passado de exploração imperialista e colonialista e tornaram-se, após os movimentos de inde-

pendência, os satélites do neocolonialismo. A maioria de entre eles têm, além disso, à sua cabeça elementos burgueses que não ambicionam senão o poder político, que disputam entre si. Porque, qualquer que seja a facção no Poder, a questão é sempre a aquisição de bens e de estatuto social. Outros factores, tais como o regionalismo e o tribalismo, entram em linha de conta na corrida ao Poder que se joga nas fileiras da burguesia. Mas é preciso não esquecer que estas rivalidades se passam entre privilegiados e que não se trata de luta de classes.

Avança-se frequentemente com a questão tribal para eclipsar as forças sociais criadas pelo colonialismo na sociedade africana. Nas numerosas regiões em que a desigualdade do desenvolvimento económico, durante a época colonial, criou uma diferenciação das funções económicas segundo considerações de ordem étnica, esta tendência é explorada no interesse do capitalismo internacional.

É necessário distinguir entre tribos e tribalismo. O clã é a extensão da célula familiar, enquanto que a tribo é a extensão étnica do clã através de um território. Anteriormente à penetração imperialista em África existiam tribos, mas não tribalismo, no sentido moderno do termo. O tribalismo é um produto do colonialismo, que se serviu de sobrevivências feudais e tribais para lutar contra a pressão dos movimentos de libertação nacional.

O atraso na formação das nacionalidades é o resultado da conquista colonial, quando os imperialistas repartiram entre si a África, desprezando as realidades geográficas, linguísticas e étnicas. O crescimento da economia e a evolução das estruturas sociais sofreram com isso. Foram artificialmente apresentadas estruturas patriarcais e feu-

dais, e houve a preocupação de impedir por todos os meios possíveis o surgimento de um proletariado politizado e consciente.

Ora, os modos de exploração capitalista empregues nas regiões mineiras e nas plantações, como na África do Sul e de Este e no Congo-Kinshasa, originaram inevitavelmente o despertar do proletariado. A classe operária foi mantida no seio de estruturas tradicionais, de maneira a impedir-lhe a tomada de consciência de classe.

Após a independência, as potências coloniais continuaram a encorajar o separatismo e os antagonismos tribais, ajudando a constituir federações.

O neocolonialismo, sob todas as formas, impediu o estabelecimento de uma independência real.

Na época do neocolonialismo, o tribalismo é o instrumento de poder das classes burguesas, na sua tentativa de conter o descontentamento das massas. Muitos destes ditos antagonismos tribais são na realidade o resultado de antagonismos sociais em relação com a transição de uma situação colonial para uma situação neocolonial. O tribalismo é a consequência, e não a causa, do subdesenvolvimento. A maioria dos conflitos «tribais» são resultado da exploração burguesa ou feudal, em estreita relação com os interesses de classe do imperialismo e do neocolonialismo. Os chefes tradicionais viram-se desprezados em proveito da nova burguesia urbana, que estava em melhor posição para defender os interesses do capitalismo internacional. Fala-se de conflitos tribais, mas trata-se de uma luta de classes.

O aparecimento de tribos, em todos os países, é considerado como um processo normal, segundo o desenvolvimento histórico. As tribos, como as nacionalidades,

podem existir sempre, mas o tribalismo (ou política das tribos) deve ser eliminado. Graças a um governo socialista pan-africano, o tribalismo (e não as tribos) desaparecerá.

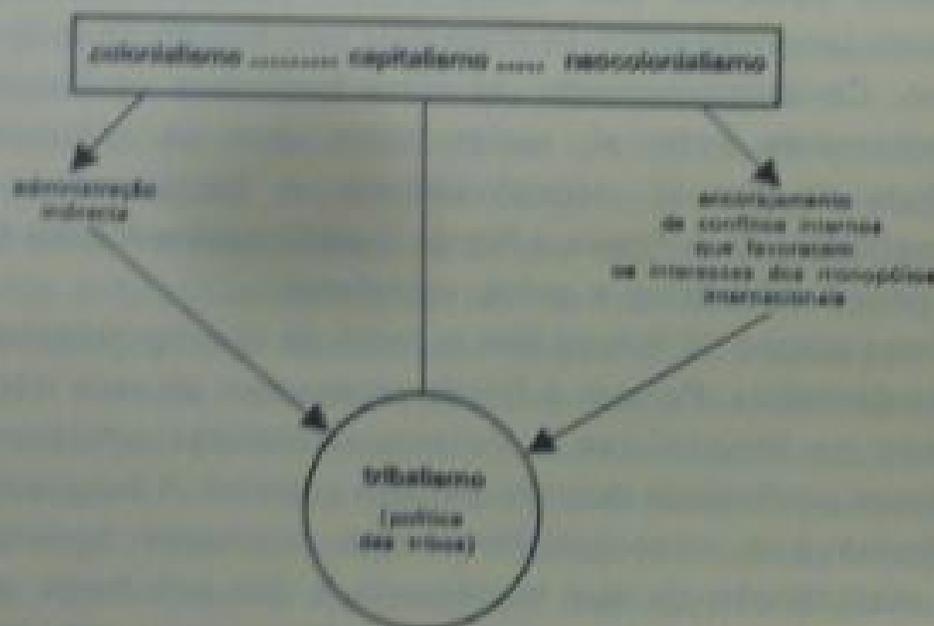
Certos elementos da burguesia africana e chefes tradicionais — tais como os intelectuais revolucionários — são capazes de se dissociarem dos seus meios de origem e da ideologia própria a esses meios: são os «trânsfugas revolucionários». Esses podem ser admitidos nas fileiras da revolução socialista.

Entretanto, na maioria dos países em que o desenvolvimento socialista está ainda no princípio, a pequena minoria burguesa sente-se ameaçada pelo ímpeto do socialismo. Consequentemente, as elites burguesas cooperam estreitamente entre si, assim como com os militares. Golpes de Estado neocolonialistas e burgueses são perpetrados por militares, a fim de impedir qualquer tomada de poder pelo povo e pelos socialistas.

Estes golpes de Estado têm o apoio da enorme máquina neocolonialista. Porque, a fim de protegerem os seus interesses, os imperialistas e os neocolonialistas apoiavam a classe privilegiada durante a época colonial. A burguesia indígena e o neocolonialismo têm interesses comuns na manutenção da sua supremacia e das estruturas do Estado colonial. A burguesia burocrática, em particular, é a «menina querida» dos governos neocolonialistas. São numerosos os Estados africanos que despendem somas enormes — a torto e a direito — com a sua burocracia. O Gabão, por exemplo, cuja população é inferior a 500 000 habitantes, possui um parlamento de 65 membros, recebendo cada um 165 000 francos por ano, enquanto que o salário anual do operário médio não ultra-

passa os 700 francos. No Daomé, 60% do rendimento anual são consagrados aos salários dos funcionários do governo.

Herdeira das antigas classes dominantes, a burguesia burocrática está estreitamente ligada às firmas estrangeiras, aos diplomatas dos países imperialistas e às classes exploradoras africanas. Embora não tenha grande força de coesão, é uma elite que resulta do modo capitalista de produção e um dos agentes mais dedicados do neocolonialismo.



Após a independência, a posição dos burocratas foi reforçada pelas políticas de africanização dos novos governos, assim como pelo aumento de trabalho trazido pelas grandes transformações económicas e sociais projectadas por estes mesmos governos. Porque os burocratas têm a competência administrativa e técnica reque-

rida para este trabalho. Estão aptos a seleccionar e organizar as informações necessárias aos ministros para a formulação das suas políticas. Neste sentido, desempenham um papel importante nas tomadas de decisões políticas. Mas muitos burocratas assumem funções para as quais não foram preparados. Estes burocratas têm tendência a mostrar-se arrogantes e a isolar-se da classe inferior de funcionários e empregados de escritório e a mostrar-se servis para com os burocratas estrangeiros neocolonialistas. Qualquer que seja a sua influência política, é sempre exercida numa perspectiva de classe. A sua educação e posição social separam-nos das massas e fazem deles acólitos dos capitalistas locais, intelectuais desonestos, quadros ambiciosos do exército e da polícia e neocolonialistas. Ainda que sempre submetidos ao controle das autoridades política e militar, ocupam uma posição extremamente importante no aparelho de Estado neocolonialista e exercem a sua influência com a bênção das classes dominantes. Em certos casos, e sobretudo em caso de ditadura militar, exercem de facto a função de agentes políticos (sem terem sido plebiscitados). Isto torna-se particularmente evidente quando se trata de acordos com os burocratas estrangeiros.

Quando se dá um golpe de Estado militar reaccionário, a burocracia, tenha ou não participado nele, dá o seu apoio imediato aos novos detentores do Poder, continuando a rotina administrativa e ajudando à elaboração das novas leis. Os grandes burocratas aglomeram-se em todos os conselhos, comissões, etc., que se seguem a um golpe de Estado. Porque o estabelecimento de um regime arbitrário, militar e policial, reforça a sua posição, já que os novos dirigentes dependem inteiramente deles.

Contrariamente aos governos civis, os regimes militares podem impor uma política sem ter o acordo do parlamento, o que dá aos burocratas uma maior liberdade de acção. Em muitos países, os grandes funcionários participam na elaboração das políticas. Nos Estados Unidos, cada governo tem a sua própria administração, que é parte integrante da elite no Poder. Na Grã-Bretanha, pelo contrário, os burocratas devem mostrar-se apolíticos e servir o governo que está no Poder, seja ele qual for.

Mas em África a burguesia está associada ao imperialismo, ao colonialismo e ao neocolonialismo. Embora não passe dum sector minoritário da população, representa um perigo para as massas africanas, devido à força que lhe dá a sua dependência do capitalismo estrangeiro, que pretende manter as massas operárias e camponesas num perpétuo estado de sujeição.

De facto, é impossível dissociar os interesses da burguesia africana dos do capitalismo monopolista internacional. O declínio de uma trará o declínio do outro.

A aliança da burguesia indígena e do capitalismo monopolista internacional é reforçada pela tendência crescente dos governos para formar associações, ou organizações económicas regionais, com corporações gigantes, multinacionais e imperialistas. Determinados governos africanos que se dizem a favor de um desenvolvimento de tipo socialista, e que «nacionalizam» as indústrias chaves, são aliados dessas corporações gigantes. Associam-se ao imperialismo na sua continuação da exploração do proletariado rural e urbano. Quebram a resistência dos operários, proibindo ou impedindo as greves. Durante esse tempo, as corporações consolidam a sua influência na

economia africana, sabendo que podem contar com o apoio dos governos.

Na verdade, os governos africanos tomaram-se os guardiões das corporações multinacionais imperialistas, constituindo assim um obstáculo ao avanço do socialismo.

É com o acordo da burguesia que os monopólios internacionais continuam a pilhar a África e a frustrar os planos da revolução africana. Por conseguinte, é necessário denunciar e pôr termo à acção da burguesia africana. É o objectivo da luta do proletariado, que pretende a libertação total e a socialização do continente africano, contribuindo assim para o progresso da causa da revolução socialista mundial.

## O proletariado

Existe já um proletariado moderno em África, embora ainda pouco importante. Constitui o nó essencial da edificação do socialismo e deve colocar-se no contexto da luta operária internacional, donde lhe vem muita da sua força.

O aparecimento da classe operária em África está ligado à implantação do colonialismo e do capitalismo. Na maior parte dos países africanos, o proletariado está pouco desenvolvido, devido à fraca industrialização. No entanto, nos países economicamente mais desenvolvidos, tais como o Egipto e a África do Sul, existe uma poderosa classe operária. Foi nestes países que apareceram, durante os anos vinte deste século, os primeiros partidos comunistas africanos, que eram compostos por trabalhadores, camponeses e intelectuais. Na mesma época nasceram os partidos comunistas na Argélia, Marrocos e Tunísia, ligados ao Partido Comunista Francês.

Na primeira metade dos anos cinquenta, a África contava já mais de 10 milhões de assalariados, dos quais cerca de 50 % eram empregados no sector agrícola, 40 % na indústria e nos transportes e 10 % na função pública e no sector comercial. Em 1962 o número de

trabalhadores africanos era avaliado em 15 milhões, ou sejam 6% ou 7% da população total. Se esta percentagem parece fraca em comparação com a dos trabalhadores asiáticos, cujo número se eleva já a 100 milhões, é preciso, contudo, ter em conta o que ela representa, as suas potencialidades e a sua solidariedade para com os movimentos proletários do mundo inteiro.

Os trabalhadores africanos desempenharam um importante papel nas lutas de libertação nacional. Através de uma sucessão de greves, conseguiram perturbar a vida económica e a administração. Nos anos que precederam a independência, assistiu-se a greves gerais no Quênia, na Nigéria, no Ghana e na Guiné. A África colonial conheceu um número incalculável de greves que afectaram determinados sectores da economia; a greve dos mineiros do Rand, em 1946, e as greves que afectaram a indústria do sisal, de 1957 a 1959, no Tanganica são exemplos clássicos. Graças a todas estas greves, e outras ainda mais eficazes, os trabalhadores adquirem uma consciência de massa, que se tornou, de certo modo, uma consciência de classe.

É na África do Sul que se encontra o grau de urbanização mais elevado da África. Julga-se que em 1966 o proletariado urbano representava aproximadamente uma população de 7 milhões. Foi isso que levou certos teóricos a dizer que na África do Sul é possível não passar pelo estágio da democracia e chegar imediatamente ao socialismo. A este respeito, tomemos o exemplo da China, onde a percentagem da população operária industrial não era, antes da revolução comunista, superior a 1%. A força dos exércitos de libertação vinha sobretudo do apoio que recebiam das massas camponesas, de que

eram oriundos. Actualmente a classe operária industrial chinesa representa 3 % da população.

Compete ao proletariado urbano da África conquistar as massas camponesas para a causa da revolução, levando a revolução ao mundo rural. Porque, em geral, as massas camponesas estão ainda desorganizadas, e não são revolucionárias. Grande parte são iletrados. Mas a aliança do proletariado urbano e das massas camponesas na luta pelo socialismo conduzirá a revolução africana à vitória. Porque a burguesia africana e os seus mestres imperialistas e neocolonialistas não podem vencer a sua poderosa união.

Em muitos Estados africanos, a ausência de uma indústria em grande escala, a ausência de qualificação profissional e o fraco nível de educação dos trabalhadores retardam a tomada de consciência. Muitas vezes não são revolucionários e têm uma mentalidade pequeno-burguesa. No Senegal, por exemplo, onde a classe operária é superior à de muitos outros Estados africanos e onde a população operária masculina compreende 95 % de analfabetos e a população feminina 99 %, existe, no entanto, um poderoso movimento operário.

Sob a dominação colonial, a luta dos operários era essencialmente dirigida contra a exploração estrangeira. Neste aspecto, era mais uma luta anticolonial do que uma luta de classes. E tinha até um certo cunho racista. O aspecto sócio-racial da luta dos trabalhadores africanos persiste ainda na época neocolonialista, tentando fazer esquecer aos trabalhadores a existência da burguesia indígena exploradora. O ataque dos operários é dirigido contra os europeus, libaneses, indianos e outros, esquecendo-se do explorador indígena reaccionário.

Encontra-se uma situação semelhante nos estados colonialistas onde trabalha um proletariado imigrante e o desemprego abunda. Perante o descontentamento dos operários, o governo tudo faz para que se considere a presença destes trabalhadores «estrangeiros» como responsável da situação geral, e não a sua própria política reaccionária. O resultado é que os trabalhadores africanos imigrantes são acusados pelos seus próprios companheiros de trabalho e pelo governo, que toma então medidas para restringir a emigração, limita as oportunidades de contrato e expulsa determinadas categorias. Assim, o governo faz crer aos trabalhadores nacionais que a presença dos trabalhadores imigrantes é a causa principal do desemprego e das más condições de vida. É isso que cria uma atmosfera de tensão geral, fazendo assim despertar velhas querelas étnicas e nacionais. Eis como, em vez de se unir aos imigrantes para fazer pressão sobre o governo, o proletariado nacional toma o partido do governo. E é assim que a burguesia se aproveita da falta de consciência das massas para as dividir.

Quaisquer que sejam as suas nacionalidades, raças, tribos, religiões — que não entram em linha de conta na luta pelo socialismo —, todos os operários são explorados. A revolução socialista africana rejeita o argumento segundo o qual o proletariado não africano é um obstáculo ao progresso económico; opõe-se igualmente às calúnias e às medidas de expulsão que os imigrantes sofrem.

Em África não se deveria nunca utilizar o termo «estrangeiro», porque todos são africanos. Não são os trabalhadores imigrantes que é preciso combater, mas a balcanização nascida das fronteiras artificiais traçadas pelo imperialismo. O proletariado imigrante das cidades pode tornar-se um

elemento determinante para o alastrar do socialismo. Efectivamente, estes homens que trabalham nas cidades e em Estados africanos diferentes para regressarem ao seu país de origem após algum tempo são um laço de união entre os movimentos revolucionários proletários e camponeses de outros Estados. São, portanto, um elemento essencial do processo revolucionário, sublinhando assim a importância da mobilidade permanente da mão-de-obra africana, que é necessário organizar.

As grandes migrações são uma das características de África. Há, por um lado, o êxodo rural; por outro, a imigração. As cidades são, em grande parte, o produto de forças externas; são o resultado da economia de mercado introduzida pelo colonialismo europeu. Uma das causas do êxodo rural é a procura de emprego. Estão a seguir o desejo de adquirir produtos manufacturados, a educação das crianças e a tentação das vantagens da vida citadina.

As concentrações urbanas, em África, desenvolveram-se consideravelmente ao longo destes últimos anos. Tomemos o exemplo de três cidades do Ghana que viram acelerar o seu grau de crescimento:

	<i>Anos</i>	<i>População</i> <i>(os números são aproximados.)</i>
Accra	1936	38 000
	1960	338 000
Kumasi	1921	24 000
	1956	190 000
Tamale	1921	4 000
	1960	40 000

Poder-se-ia dividir a estrutura social das cidades africanas em três grandes grupos:

- 1.º A burguesia, que reagrupa as profissões liberais, os intelectuais, a burocracia, o exército, o mundo de negócios, as elites políticas e de dirigentes, o professorado, o clero, os comerciantes, os chefes de serviços ministeriais;
- 2.º A classe operária, que compreende o conjunto dos pequenos comerciantes, operários, vendedeiras e trabalhadores imigrados;
- 3.º O grupo dito «marginal», que agrupa os mendigos, as prostitutas e todos os que constituem o lumpen-proletariado.

Agrupar-se-ão nesta última categoria todos os jovens que, vindos de famílias pequeno-burguesas, deixaram o seu mundo rural para virem para as cidades, não à procura de emprego, mas para viverem a expensas da família. Esses constituem um elemento importante da luta de libertação, porque têm laços a um tempo rurais e urbanos, permitindo-lhes tornarem-se quadros revolucionários eficazes.

Os membros das elites burguesas encontram-se em clubes e associações, que passam por cima da questão racial, acentuando o estatuto de classe. A existência de uma consciência de classe manifesta-se no desejo destas elites de aderirem a estas associações que acentuam o seu estatuto. Quanto mais elevado é o grau de educação, mais importante é o estatuto social e profissional. Quem quer que tenha estudado no estrangeiro é sempre favorecido.

Os trabalhadores imigrantes trazem consigo as suas próprias estruturas sociais, as suas ideologias, religiões

e costumes. À parte alguns deles que se conseguem integrar completamente na população local, a sua estada é temporária: trabalham a fim de regressarem aos seus países de origem passados alguns anos. Segundo o recenseamento efectuado no Ghana em 1960, apenas 25 % da população de Takoradi eram originários do local, em Kumasi a percentagem era de 37 %, e em Sekondi, de 40 %. Em 1948, mais de 50 % da população de Takoradi e 36 % da de Accra tinham permanecido menos de cinco anos nessas cidades. A percentagem de trabalhadores imigrantes no Ghana é de cerca de 40 %.

Se bem que a percentagem de imigrantes entre as populações urbanas varia de país para país, a presença do proletariado imigrante em África constitui uma vasta força móvel que poderia tornar-se um factor vital da revolução socialista africana, podendo, com efeito, ajudar à integração dos trabalhadores na luta revolucionária e à infiltração em cada sector da economia neocolonialista e burguesa.

Sob a dominação colonialista, o proletariado imigrante tem tendência para retardar o desenvolvimento de uma consciência de classe e para refrear o desenvolvimento das organizações operárias. Efectivamente, os trabalhadores imigrantes formam as suas próprias associações tribais, que são sobretudo sociedades de socorros mútuos.

No entanto, depois da Segunda Guerra Mundial, o sindicalismo africano conheceu um período de desenvolvimento. Em muitos Estados africanos, os sindicatos participaram activamente na luta de libertação nacional, organizando greves, boicotes e outras formas de luta. As potências coloniais opuseram-se vigorosamente à acção dos sindicatos, tentando — por vezes com sucesso — fazer

vacilar o poder dos dirigentes sindicalistas pela introdução de políticas reformistas e de um socialismo de direita.

Em Maio de 1961, por iniciativa dos sindicatos do Ghana, do Mali, a Conferência Sindical Pan-Africana reuniu-se em Casablanca. 45 organizações sindicais e 38 países estiveram aí representados. Aí foram lançadas as bases da União Sindical Pan-Africana (USP) segundo os princípios da solidariedade proletária e do internacionalismo. Em Janeiro de 1962, no seguimento de uma conferência realizada em Dakar, foi fundada uma organização sindical, a Central Sindical Pan-Africana (CSP), na presença de delegados das organizações africanas ligadas à Confederação Internacional de Sindicatos Livres e de oito organizações sindicais independentes. Na Carta da Confederação dos Sindicatos Africanos não foi feita nenhuma alusão aos monopólios estrangeiros ou ao internacionalismo proletário.

O movimento sindical, em África, deve ser organizado à escala do pan-africanismo, ser orientado segundo os princípios do socialismo e desenvolver-se no contexto da luta dos trabalhadores africanos. É por essa razão que a criação de uma União Sindical Pan-Africana deve tender para o desenvolvimento da acção sindical em todo o continente africano. Sendo diferente das uniões sindicais de outros países, trabalhará, no entanto, com elas ao nível internacional.

A urbanização está na base das transformações sociais. Consequentemente, a industrialização, que é a causa principal da urbanização, determina as estruturas sociais. O aumento da industrialização determina, pois, o crescimento do proletariado africano, que irá adquirir uma maior consciência de classe.

Actualmente, a indústria africana é das menos desenvolvidas do Mundo. Embora produza  $\frac{1}{7}$  das matérias brutas, produz, no entanto, apenas a quinquagésima parte dos produtos manufacturados. A contribuição da indústria no rendimento total dos países africanos é inferior a 14 %. Esta situação é herança do imperialismo e do colonialismo e da exploração da África pelos monopólios capitalistas estrangeiros. É também o resultado da continuação da exploração imperialista e capitalista da África pelo neo-colonialismo.

Os monopólios ocidentais controlam ainda cerca de 80 % do volume do comércio em África. O rápido desenvolvimento da implantação americana é um exemplo significativo:

	<i>Em milhões de dólares</i>		
	1950	1960	1964
Investimentos	287	925	1 700
Exportações (dos Estados Unidos para África)	494		918
Importações (de África)	362		1 211

De 1951 a 1955, os investimentos americanos directos em África aumentaram mais do dobro, passando de 313 milhões a 793 milhões de dólares. Isso sucede particularmente na África do Sul, na Rodésia e no Congo-Kinshasa.

O neocolonialismo procede das seguintes maneiras: exerce controle económico através do sistema de «ajudas», de «empréstimos» e de «trocas comerciais e financeiras»; controla as economias locais através do vasto dispositivo de corporações internacionais; controla politicamente os governos fantochas; penetra na sociedade através do

desenvolvimento da burguesia indígena, da imposição de acordos de «defesa», da instalação de bases militares e aéreas; da infiltração ideológica, nitidamente anti-comunista, através dos meios de comunicação modernos (imprensa, rádio, televisão); fomenta discórdias entre países e tribos; pratica um imperialismo colectivo — veja-se, a título de exemplo, a cooperação político-económica e militar entre a Rodésia, a África do Sul e Portugal.

O neocolonialismo não pode, pela sua própria natureza, resolver os seus problemas e as suas contradições. Se o imperialismo não é mais do que o capitalismo agonizante, o neocolonialismo é o colonialismo agonizante, e a intensidade das suas contradições internas conduz à sua destruição. O neocolonialismo não pode trazer o seu apoio aos regimes «neoburgueses» e favorecer um desenvolvimento económico estável, já que o seu verdadeiro objectivo é salvaguardar os seus interesses e investimentos. Consequentemente, a burguesia local nunca poderá estar segura do seu poder, e recorre cada vez mais frequentemente a intervenções teleguiadas do exterior ou à repressão interna, estado de coisas que acelera o desenvolvimento de uma luta de classes verdadeiramente revolucionária.

A «ajuda económica» estabelecida pelos países capitalistas é uma das maneiras mais insidiosas empregues pelo neocolonialismo para refrear o desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo, retardando assim a industrialização e o crescimento de um proletariado importante. Apenas 10% das ajudas americanas são empregues no desenvolvimento da indústria, e isso nos países considerados «seguros» para o capitalismo. Pelo contrário,

70 % da ajuda dos países socialistas vão para a industrialização e para a organização da produção. As taxas de lucro sobre os empréstimos dos países capitalistas variam entre 6,5 % e 8 %, enquanto que as dos países socialistas não ultrapassam os 2,5 %. A ajuda socialista é sobretudo empregue na planificação, enquanto que a ajuda ocidental visa o sector privado.

A ajuda francesa às suas ex-colónias africanas cifra-se em cerca de 2000 milhões de francos. Graças a esses 2000 milhões a França mantém laços culturais, políticos e económicos que fazem desses países grandes mercados para as exportações francesas. Para os governos franceses trata-se de um «bom investimento».

Uma grande parte das somas gastas pelo Ocidente na «ajuda bilateral» não sai do país doador, porque é dada sob a forma de artigos de consumo; ou então essas somas são reembolsadas num prazo de tempo relativamente curto, como pagamento de exportações adicionais.

Existem ainda muitas outras maneiras de recuperar as somas que esses países despendem nas «ajudas». De cada 100 libras que a Grã-Bretanha dispensou a título de «ajuda bilateral» entre 1964 e 1966, 72,5 libras eram destinadas ao envio de artigos de consumo ou à compra de bens e serviços.

A «ajuda multilateral» permite igualmente aos países doadores afirmar a sua posição económica. Avalia-se que a Grã-Bretanha tem garantidas exportações da ordem das 116 libras por cada 100 da sua «ajuda multilateral», o que é devido, em grande parte, às operações da Agência Internacional de Desenvolvimento (AID). Assim, foi recentemente conduzido, no Whitehall, um estudo que

demonstra que por cada 100 libras entregues à AID pela Grã-Bretanha de 1964 a 1966 a AID gastou 150 em mercadorias britânicas. De facto, muitos projectos de ajuda são destinados a equilibrar a balança de pagamentos dos países doadores, e não a favorecer o desenvolvimento económico do país beneficiado. Este deve não só assumir o reembolso da pesada dívida, mas também aceitar uma dependência política e económica, que limita o seu desenvolvimento e retarda o seu crescimento económico.

São garantidos, pelos países capitalistas, créditos aos países africanos, asiáticos, latino-americanos, para que tenham a infra-estrutura necessária à exploração pelos monopólios. O objectivo é simultaneamente político e económico. Trata-se de impedir o avanço do socialismo dando à burguesia indígena uma parte dos interesses capitalistas, estendendo a empresa monopolista internacional às economias dos países em vias de desenvolvimento.

O proletariado rural, que é composto de pequenos agricultores e trabalhadores das plantações de algodão, sisal, cacau, café, borracha, citrinos, etc. — que os coloca na órbita do comércio e da indústria internacionais —, faz parte da estratégia da luta do proletariado africano. No entanto, o imperialismo, na sua fase neocolonialista, tira a maioria dos seus proveitos do controle dos sectores avançados da produção, tais como minas, comércio, pesca e transportes. Cerca de 90% dos investimentos capitalistas em África vão para empresas relacionadas com estes sectores, e é nestes sectores chaves que o proletariado industrial — força de trabalho indispensável à continuidade do neocolonialismo — está em posição de enquadrar a revolução socialista.

Houve quem tentasse negar a existência de uma classe

operária em África. Em áreas onde é impossível negar a sua existência, como nas regiões mineiras da África do Sul, do Congo-Kinshasa e da Zâmbia, esforçaram-se por integrá-la no sistema capitalista e neocolonialista de exploração, pondo à cabeça dos sindicatos dirigentes reformistas e garantindo um certo número de benefícios. Em certos países africanos, e particularmente naqueles onde a indústria mineira está muito desenvolvida, as políticas de africanização são utilizadas para apaziguar o descontentamento dos operários e elevar os salários a um escalão extranacional. Isso permitiu, em certos casos, tornar os operários menos desejosos de prosseguirem actividades revolucionárias.

A tendência que caracteriza o período de transição que separa o capitalismo do socialismo é o aburguesamento. A visão que a classe operária tem do socialismo pode ser perturbada pela corrupção do «estado da prosperidade»; podem então tornar-se filisteus bem alimentados, a favor da reacção e do conservantismo. Dão então menos importância à revolução socialista.

Tanto economicamente como ao nível da indústria, a Europa e os Estados Unidos estão amadurecidos para o socialismo. Estão de posse dos elementos fundamentais para a instauração imediata de um regime socialista. Nos Estados Unidos, onde o desenvolvimento da energia nuclear atingiu o seu ponto mais alto, graças à automatização e à cibernética, as forças produtivas atingiram um ponto em que o estabelecimento de uma sociedade sem classes, tal como Marx a previu, se pode apenas atingir através do comunismo. Mas, embora seja a sociedade mais rica e a mais industrializada, a sociedade americana é também a mais retrógrada social e politicamente.

Parte da classe operária, na Europa e nos Estados Unidos, reclama-se do capitalismo: certos operários, tendo-se esburguesado, diminuíram, assim, as forças do proletariado que caminha para a revolução socialista. Em 1968, cerca de 10 milhões de operários franceses entraram em greve, paralisando praticamente a acção do governo; não foram, porém, capazes de conduzir a uma transformação revolucionária.

A revolta dos estudantes de todo o Mundo tomou-se uma característica fundamental da nossa época. Mas os estudantes sofrem de uma dupla alienação: por um lado, são alienados pela ordem burguesa, e frequentemente pela sua própria família; por outro lado, são estranhos à classe operária, que poderia utilizar os seus esforços na luta revolucionária.

O Partido Conservador, na Grã-Bretanha, depende em grande parte do apoio eleitoral dos trabalhadores ingleses que nele votam. Aspirando à riqueza e à promoção social, um grande número de operários reclama-se da classe média. No «estado da prosperidade», muitos operários vivem como a baixa classe média, assegurando ao Partido Conservador os votos que pretende.

Deste modo, a extensão do direito de voto às massas não reduz o poder da classe dirigente. Provocou antes o declínio do radicalismo das classes operárias. A tendência, numa sociedade capitalista, dos operários a limitarem-se a uma acção sindical é um perigo para o avanço do socialismo.

Perante o aburguesamento das classes operárias nos países capitalistas, cabe aos povos oprimidos da África, Ásia e América Latina a grande tarefa de promover a revolução socialista mundial. Neste sentido, o papel do proletariado africano no avanço revolucionário africano é vital e estratégico.

## O campesinato

Em África, as massas camponesas constituem, de longe, o contingente mais vasto da classe trabalhadora, e potencialmente o elemento fundamental da revolução socialista. Mas essas massas estão dispersas, desorganizadas, e geralmente não são revolucionárias. É, no entanto, indispensável que tomem consciência e que sejam enquadradas pelos seus aliados naturais: o proletariado e a *intelligentsia* revolucionária.

No cume da hierarquia social das zonas rurais situam-se os proprietários feudais de terras, que vivem da exploração dos camponeses, e os proprietários capitalistas, na sua maioria absentistas, que vivem da exploração de uma mão-de-obra assalariada. Entre os proprietários capitalistas — que formam a burguesia rural — enfileira o clero, das diversas seitas e religiões, vivendo da exploração feudal e capitalista dos camponeses. A burguesia rural possui propriedades relativamente grandes, um capital e uma mão-de-obra que explora; especializa-se na cultura de exportação. Os pequenos agricultores, que se poderiam colocar na categoria de pequena burguesia rural, possuem um pequeno capital e cultivam a terra que lhes pertence

e que alugam. Empregam membros das suas famílias ou mão-de-obra assalariada.

Em geral, quando a terra é alugada, o pequeno agricultor guarda cerca de dois terços das receitas, e dá um terço ao proprietário. A seguir à pequena burguesia rural estão, na hierarquia rural, os camponeses que cultivam pequenas porções de terra e são por vezes forçados a vender os seus serviços à jorna. No fim da escala social vêm os assalariados agrícolas, que formam o proletariado rural, possuindo apenas a sua força de trabalho.

Assim a sociedade rural divide-se em dois grupos distintos, os exploradores e os explorados, grupos esses que se poderiam subdividir em vários grupos mais limitados:

1 — Os exploradores:

- 1.º Os proprietários das plantações;
- 2.º Os proprietários absentistas;
- 3.º Os agricultores (que possuem terras relativamente grandes);
- 4.º Os pequenos agricultores;

2 — Os explorados:

- 1.º Os camponeses;
- 2.º O proletariado rural.

A maioria dos proprietários das plantações são estrangeiros (como na Nigéria, nos Camarões, no Congo-Kinshasa, na África do Sul e na Rodésia). Essas plantações são as extensões dos monopólios em África. O sistema das plantações é conforme aos princípios fundamentais do capitalismo: assenta na exploração dos trabalhadores

agrícolas. Esta exploração é tornada possível pelo nível de vida pouco elevado dos trabalhadores, o que permite aos monopólios pagar-lhes salários nominais irrisórios. Mas, devido à crescente subida dos preços dos produtos de consumo, os salários reais desses trabalhadores não cessam de baixar. O resultado é a gravidade crescente do conflito que opõe capital e trabalho. Os monopólios estrangeiros pertencem aos proprietários absentistas estrangeiros. Mas existem também absentistas locais.

Os absentistas locais são geralmente proprietários africanos que vivem na cidade, luxuosamente, controlando, graças aos seus capitais, vastas extensões de terras nas regiões rurais. Vivem da exploração dos trabalhadores agrícolas. A exploração reside no tipo de pagamento: o trabalhador agrícola não recebe salário fixo e trabalha ao dia. O conflito que opõe capital e trabalho é tão intenso nestas propriedades como nas plantações. Frequentemente, o proprietário absentista explora também na cidade, exigindo preços exorbitantes pelas casas que aluga aos trabalhadores.

Uma outra categoria de exploradores são os grandes agricultores, que são normalmente proprietários indígenas, por vezes mais ricos que os proprietários absentistas. Ao contrário destes últimos, vivem nas suas próprias terras. São prósperos, porque as suas terras são férteis e porque têm os meios técnicos para as cultivar e possibilidade de alugar mão-de-obra. São em geral pessoas muito importantes na região em que habitam, e costumam ter grandes famílias. Os seus métodos de produção são semifeudais e praticam por vezes o pagamento em gêneros. Por vezes devem fidelidade aos chefes ou anciãos de uma aldeia mais importante. Preocupam-se com a cultura de exportação.

A seguir aos grandes agricultores vêm, na escala social, os possuidores de pequenas quintas. São pequenos proprietários que possuem também as suas máquinas e o seu gado. Segundo a psicologia revolucionária marxista, são instáveis e hesitantes. Empregam os membros das suas famílias e alugam os serviços de jornaleiros na época das colheitas e das lavouras. Aspiram a tornar-se prósperos, o que lhes permitiria ter uma mão-de-obra permanente e obter uma grande propriedade. Preocupam-se sobretudo com a produção local para consumo imediato.

Ao lado do pequeno agricultor situa-se o camponês, que é o mais pequeno proprietário de terras. A sua vida é a própria insegurança. Trabalha um pequeno retalho de terra, com ou sem gado. Está sempre dependente das condições atmosféricas e da própria natureza, porque a sua colheita só será boa se estiver bom tempo, mas o mau tempo pode arruiná-lo, e vê-se então obrigado a alugar os seus serviços nas plantações e nas grandes propriedades. Devido à subida crescente dos preços e ao custo elevado dos produtos manufacturados, por exemplo, as dificuldades do camponês aumentam de dia para dia. Geralmente produz tudo o que precisa em casa e raramente ganha com a sua produção. O camponês pode tornar-se um elemento revolucionário, sob a condição de ser enquadrado pelo proletariado rural e urbano.

O proletariado rural é constituído por trabalhadores, no sentido marxista do termo. São parte integrante da classe operária e são a camada social mais revolucionária do mundo rural africano.

É necessário desenvolver o potencial revolucionário dessa camada rural de camponeses e operários agrícolas, porque constituem a força principal da revolução. Com-

pete aos quadros revolucionários a tarefa primordial de os levar a tomar consciência das realidades do seu potencial económico, e de os conquistar, a eles e aos pequenos agricultores, para um método socialista de produção e distribuição agrícolas. Isso deve ser feito através do desenvolvimento de diversos tipos de cooperativas agrícolas: estas são essenciais numa transição de um modo de agricultura privado, baseado na pequena produção, a uma agricultura moderna, mecanizada, socialista. Existem já em diversos países africanos cooperativas de mercado, que têm sido bem sucedidas, e cooperativas de crédito, que são menos frequentes, devido à falta de fundos. Mas a mais importante forma de cooperação agrícola é a cooperativa de produção que organiza a administração e o mecanismo da produção agrícola. Este tipo de cooperativa está ainda na sua infância, devido à falta de pessoal qualificado para a pôr a funcionar e à falta de maquinaria agrícola. Só um governo progressista a saberia utilizar. Porque nos países neocolonialistas as cooperativas servem já os interesses da burguesia rural e dos monopólios capitalistas. As elites neocolonialistas exploram o isolamento relativo e o atraso cultural das massas camponesas, levando-as assim a aceitar a sua dominação política.

É sobretudo no mundo rural que subsistem vestígios de feudalismo. Em geral as condições de vida dos camponeses não se modificaram desde as épocas pré-coloniais e coloniais: continuam a ter que pagar pesadas taxas e que fazer trabalhos forçados. Quando emigram para a cidade, são geralmente vítimas dos exploradores coloniais e neocoloniais.

Tal como os camponeses da Ásia e da América Latina, os camponeses africanos sofreram durante muito tempo

o feudalismo e a exploração imperialista-capitalista. Do Cairo ao cabo da Boa Esperança, e das ilhas de Cabo Verde ao Quênia e a Zanzibar, a situação e os problemas dos camponeses africanos são praticamente idênticos. O campesinato tem que se libertar das relações de produção semifeudais e capitalistas. A agricultura deve passar de uma pequena produção a uma agricultura moderna, baseada na utilização de cooperativas, instrumentos e técnicas mais modernos.

Actualmente, os camponeses africanos apoiam-se na pequena propriedade dos meios de produção, excepto nas regiões onde existe uma agricultura de subsistência e um sistema de propriedade comunal. O centro do problema agrário, na África ocidental, é o prevalectimento da pequena produção. No Ghana, 97 % das quintas têm uma superfície inferior a 4 hectares; e 60 % têm menos de 2 hectares. A pequena exploração agrícola é um obstáculo à expansão das ideias socialistas, porque traz consigo o conservantismo, a cupidez e uma mentalidade burguesa.

Sob a dominação colonial, assim como nos Estados neocolonialistas, o governo fez recrutamentos entre as massas camponesas para a sua polícia e o seu exército, porque se diz que são mais «leais». Na verdade o governo apenas explorou a ignorância, o espírito de submissão e o conservantismo, características das massas camponesas iletradas.

Durante as lutas de libertação nacional, os camponeses bateram-se pela independência e contra o feudalismo, nos movimentos políticos criados por dirigentes sindicalistas, operários e intelectuais revolucionários. Porque é indispensável que as massas camponesas recebam o

apoio dos seus aliados naturais, na luta revolucionária pelo socialismo. Nos países onde as lutas revolucionárias socialistas resultaram no derrube de governos burgueses — como na China, Cuba, Vietname e Coreia — as massas camponesas foram aliadas de outras forças sociais, enquadradas por partidos marxistas. Os laços estreitos que unem o proletariado e as massas camponesas são os mesmos que unem os movimentos de guerrilha urbanos e rurais. Fazem todos parte integrante da luta revolucionária socialista, e nenhum poderá alcançar a vitória final sem o outro.

A luta revolucionária socialista, em África, deve apoiar-se nas massas camponesas e no proletariado rural, porque constituem a grande maioria da população, e o seu futuro está no socialismo. Os combatentes da Liberdade, que fazem parte destas massas, dependem delas quanto ao recrutamento e abastecimento.

O mundo rural é o bastião da revolução. É o campo de batalha no qual as massas camponesas e os seus aliados naturais — o proletariado e a *intelligentsia* revolucionária — serão a força motriz da construção e da transformação socialista.

### A revolução socialista

---

A acção política atinge o seu ponto mais alto logo que o proletariado, sob a direcção dum partido de vanguarda guiado pelos princípios do socialismo científico, consegue demubar o sistema de classes: a revolução atingiu então o auge.

As bases duma revolução são lançadas logo que as estruturas orgânicas e condições numa determinada sociedade levaram as massas a desejar ardentemente o demube completo das estruturas dessa sociedade. Embora não haja dogmas estabelecidos rigorosamente quanto à revolução socialista, já que a história não se repete, a experiência provou que, nas condições de luta de classes, a revolução socialista não se pode realizar sem recorrer à violência. A violência revolucionária é um princípio fundamental das lutas revolucionárias. Porque as elites privilegiadas não cederão o Poder a não ser que a isso sejam obrigadas; mesmo quando aceitam efectuar reformas, não cederão nunca apenas porque a sua posição está ameaçada. Somente a acção revolucionária as poderá demubar.

Não há nenhum acontecimento histórico que não tenha sido conseguido à custa de violentos esforços e vidas

humanas. Ficarão desiludidos aqueles que esperam que a passagem do modo de produção capitalista ao modo de produção socialista se fará sem o recurso à violência. Porque a mudança qualitativa inerente à revolução socialista é muito mais profunda do que a que provocou a passagem do feudalismo ao capitalismo. Os revolucionários socialistas querem uma transformação total da sociedade e a abolição do sistema de classes. Pelo contrário, o declínio do feudalismo trouxe a introdução de novas estruturas sociais, através das quais o dinheiro, e não os títulos de propriedades, se tornou a condição fundamental do poder e do privilégio. A revolução socialista opõe-se aos conceitos elitistas e pretende a abolição do sistema de classes, assim como a abolição do racismo. Os revolucionários socialistas lutam pela instauração de um Estado que garanta a realização das aspirações das massas e lhes assegure uma participação em todos os escalões do governo.

Numa sociedade capitalista a liberdade é o direito de fazer o que a lei permite, no interesse da classe burguesa que está no Poder. Ora o capitalismo, quanto mais se desenvolve, mais anárquico se torna. A revolução socialista é então o resultado lógico e inevitável.

Nos países em que o desenvolvimento capitalista e industrial está no seu começo, e onde a burguesia representa uma minoria da população, o proletariado está em condições de, através de uma tomada do Poder, instaurar o regime socialista. Sob a direcção dos revolucionários socialistas, a África pode passar de um estágio de propriedade burguesa-capitalista a um estágio em que os meios de produção são distribuídos segundo um modo de propriedade socialista-comunista. Mas a luta revolucionária

não poderia contar com a participação da burguesia e da pequena classe média, porque, a despeito da sua participação nas lutas de libertação nacional, elas tentarão sempre impedir a criação de um Estado socialista, para conservar os seus haveres. São fiéis ao capitalismo e a sua sobrevivência depende do apoio que recebem do imperialismo e do neocolonialismo. Uma transformação total da sociedade só será realizada com o demúe da burguesia pela revolução socialista.

Há certos factores que fazem acelerar o processo da revolução socialista: o mais importante é o desenvolvimento capitalista e a industrialização, que, ao provocar o aumento da classe operária, favorece o aparecimento de futuros dirigentes da revolução proletária. Entre outros factores estão o abandono das classes dirigentes pelos intelectuais, os governos ineficazes e a incompetência política da classe burguesa no Poder. O exemplo e a ajuda das outras revoluções socialistas favorecem igualmente o avanço do socialismo. Há por fim a influência dos conflitos sócio-raciais e dos antagonismos de classes.

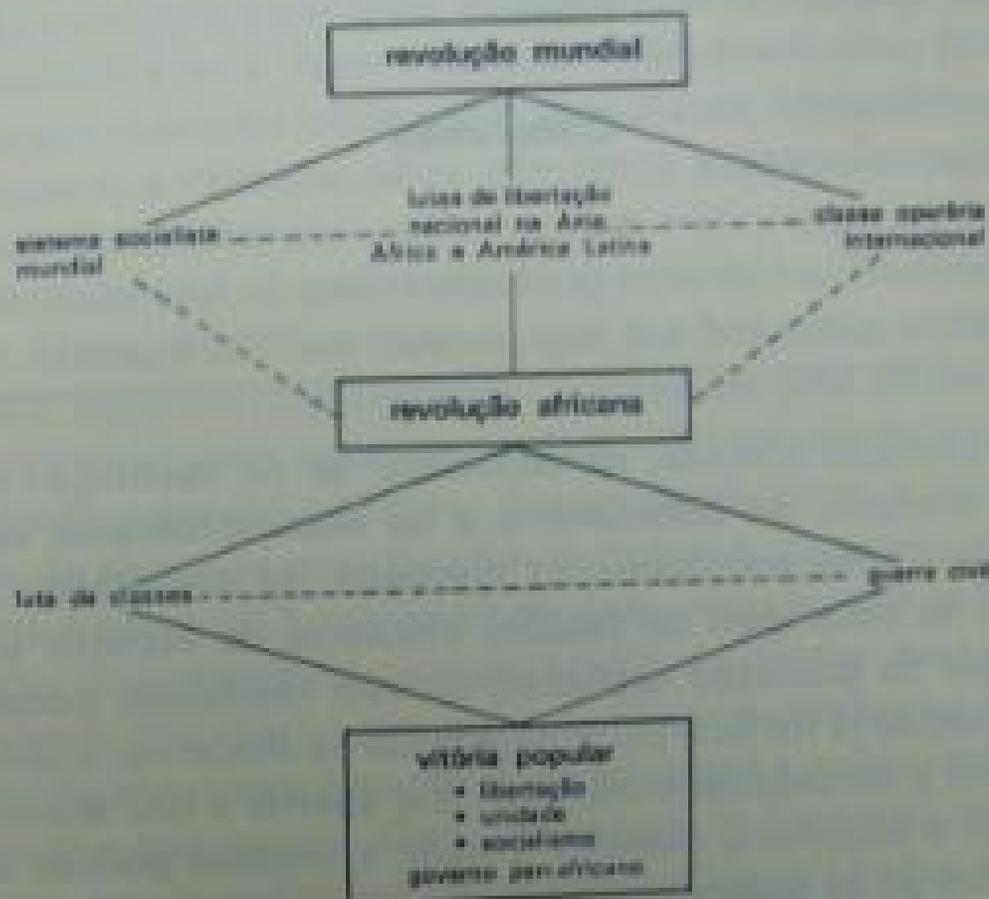
No século xx, é nos países menos industrializados — países com um passado marcado pela exploração imperialista, colonialista e neocolonialista — que tiveram lugar as tomadas de poder mais violentas. Estas mudanças violentas não podem ser consideradas como lutas pelo Poder entre diversas elites: representam acções de classes. No caso da revolução socialista, trata-se de uma tomada de poder pelo proletariado. Mas no caso de golpes de Estado reaccionários, dá-se o demúe pela burguesia, de um governo de tendência socialista ou então uma luta pelo Poder entre diversas facções da burguesia.

Em África, na Ásia e na América Latina, a ebulição económica, política e social deve ser explicada no contexto da revolução socialista mundial, porque hoje em dia o processo revolucionário reúne três correntes: o sistema socialista mundial, os movimentos de libertação dos povos de África, Ásia e América Latina e os movimentos operários dos países industrializados capitalistas.

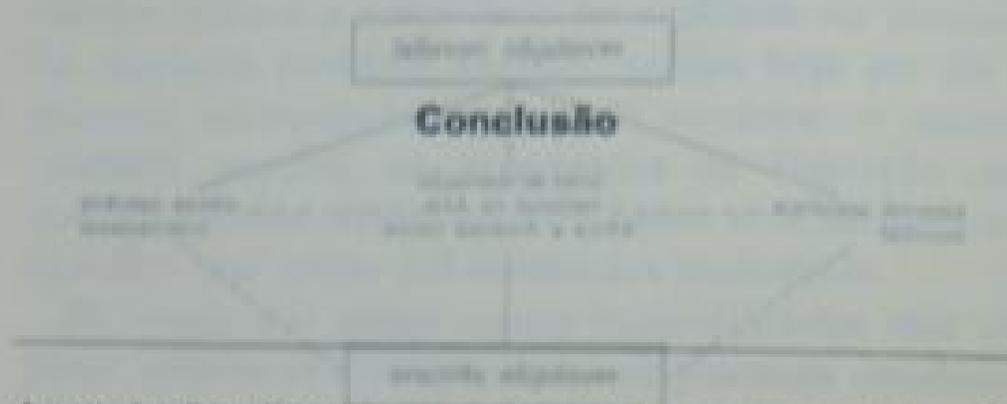
Os povos dos países menos industrializados têm um papel estratégico a desempenhar no processo revolucionário, devido à sua experiência do imperialismo, do colonialismo e do neocolonialismo. Vêm os problemas tanto mais claramente quanto os processos de produção e distribuição não tiverem sido ainda obscurecidos pelas manobras falaciosas do «estado da prosperidade» e pela corrupção capitalista.

A causa da revolução proletária internacional é parte integrante das lutas de libertação do mundo em vias de desenvolvimento, centro dos antagonismos de classes na época contemporânea. Os países do Terceiro Mundo tornaram-se os «pontos quentes» da revolução mundial, dando golpes directos e mortais no imperialismo.

O emburguesamento de certos sectores da classe operária internacional e o economismo de certos dirigentes proletários socialistas tornam as lutas revolucionárias socialistas dos países em vias de desenvolvimento extremamente importantes; assim, de certo modo, a luta revolucionária socialista desenvolveu um elemento sócio-racial. Ora, se seria perigoso não reconhecer um tal factor, é no entanto preciso não perder de vista o objectivo fundamental da revolução socialista: a luta de classes.



O mundo em vias de desenvolvimento não é um bloco homogêneo oposto ao imperialismo. O conceito de «Terceiro Mundo» é ilusório. Na verdade, está em grande parte dependente do imperialismo. A luta contra o imperialismo tem lugar no interior e no exterior do mundo imperialista: trata-se de uma luta entre o socialismo e o capitalismo, e não entre um chamado «Terceiro Mundo» e o imperialismo. O eixo do problema é a luta de classes. Além disso, é impossível edificar o socialismo no mundo em vias de desenvolvimento isoladamente do sistema socialista mundial.



A revolução africana, ao concentrar-se na destruição do imperialismo, do colonialismo e do neocolonialismo, visa realizar uma transformação completa da sociedade. Já não se trata, para os Estados africanos, de escolher um modo de produção capitalista ou não capitalista, porque a escolha já foi feita pelos trabalhadores africanos: a libertação e unidade do continente, que apenas a luta armada para o socialismo realizará. Porque a unidade política de África só se poderá realizar no socialismo.

«Capitalismo popular», «capitalismo esclarecidos», «paz entre as classes», «harmonia social»; tudo isso corresponde a tentativas falaciosas e burguesas de alienar as massas. Alguns sugerem uma via «não capitalista» seguida de uma «união das forças progressistas»; ora um tal sistema não pode convir à África dos tempos modernos. Porque os Estados africanos não podem escolher entre uma ou outra destas possibilidades: regressar à dominação imperialista pelo capitalismo e neocolonialismo, ou adoptar os princípios do socialismo científico. Seria falso pretender que a instauração de um regime socialista não é possível nos países pouco industrializados, onde um proletariado

forte é ainda pouco numeroso. A história provou que um proletariado relativamente pouco numeroso, bem organizado e dirigido, pode levar as massas camponesas a tomar consciência e a fazer rebentar uma revolução. Numa situação neocolonialista, não pode haver compromissos; apenas o socialismo pode pôr fim à exploração capitalista-imperialista.

O socialismo só será realizado através da luta de classes. Em África, o inimigo interno, que é a burguesia reaccionária, deve ser desmascarado: trata-se de uma classe de exploradores, de parasitas e de colaboradores do imperialistas e neocolonialistas, dos quais depende a manutenção das suas posições privilegiadas. A burguesia africana é essencial à continuidade da dominação e da exploração imperialista e neocolonialista. Perante a necessidade da sua eliminação, um partido revolucionário socialista de vanguarda organizará e enquadrará a solidariedade operária-camponesa. Graças à derrota da burguesia indígena, do imperialismo, do neocolonialismo e dos inimigos exteriores da revolução africana, as aspirações do povo africano serão realizadas.

Como nas outras regiões do Mundo em que a revolução socialista está bastante dependente das massas camponesas, os quadros da revolução africana vêem-se perante uma tarefa gigantesca: têm de conquistar o proletariado urbano e rural para a revolução e alargá-la até aos campos; é então que os combatentes da liberdade — de quem depende muito a revolução na sua fase armada — poderão desenvolver e alargar as suas áreas de operações. Ao mesmo tempo, é necessário politizar os dois principais pilares do poder burguês — a burocracia e a polícia e o exército.

A vitória das forças revolucionárias depende da habilidade do partido revolucionário socialista em fixar a importância das classes sociais e em distinguir os aliados e os inimigos da revolução. O partido deve também estar à altura de mobilizar e dirigir o conjunto das forças para a revolução socialista já existente, e despertar e estimular o imenso potencial revolucionário ainda por explorar.

Enquanto a violência for utilizada contra os povos africanos, o partido não alcançará os seus objectivos sem utilizar todas as formas de luta política, inclusivamente a luta armada. Se a luta armada deve ser empreendida de modo eficaz, deve — tal como o partido — ser centralizada. Um alto Estado-Maior Pan-Africano, enquadrado por um partido operário pan-africano, deveria poder planificar uma estratégia e uma tática unificadas, atacando assim mortalmente o imperialismo, o colonialismo e o neocolonialismo, assim como os regimes minoritários europeus em África.

A resistência armada não é um fenómeno novo para a África: durante séculos os Africanos lutaram contra o intruso colonialista, se bem que esses combates heróicos tenham sido votados ao silêncio por historiadores estrangeiros e burgueses. Na realidade, os Africanos nunca cessaram de resistir à penetração e à dominação imperialista, mesmo quando essa resistência se tornou não violenta à medida que a opressão e a exploração imperialistas se acentuavam. Quando a colonização se encontrava no seu apogeu, a resistência africana pareceu — momentaneamente — ter sido finalmente vencida, e parecia que a dominação política e económica do continente pelas potências estrangeiras estava definitivamente estabelecida. Mas isso era ilusório: a resistência africana rea-

pareceu depois da Segunda Guerra Mundial, sob a forma de lutas de libertação nacional. Se algumas dessas lutas conseguiram triunfar sem o recurso às armas, outras só após anos de combate armado conheceram a vitória.



A independência política não trouxe o fim nem da opressão e da exploração econômica, nem da ingerência estrangeira na vida política. O período neocolonialista começou logo que os monopólios capitalistas internacionais deram o seu apoio, durante a época colonial, à burguesia indígena, a fim de assegurar o seu controle da vida econômica do continente.

O neocolonialismo empregou uma nova forma de violência contra os povos africanos, através de dominação política indirecta, pela burguesia indígena e pelos governos fantoches teleguiados pelo neocolonialismo: exploração

económica directa através da extensão das operações de corporações poderosas; controle dos meios de comunicação, infiltração ideológica. E muitas outras maneiras insidiosas de penetração e implantação.

Nestas circunstâncias, compreende-se a importância da luta armada. Porque a libertação e a unificação da África não podem estar dependentes de um consentimento, de preceitos morais ou de uma conquista moral. É apenas recorrendo às armas que a África se poderá desembaraçar dos últimos vestígios de colonialismo, imperialismo e neocolonialismo e se libertará e unirá no socialismo. As massas africanas terão então o apoio e a assistência do mundo socialista.

A luta revolucionária africana não é uma luta isolada: não faz apenas parte integrante da revolução socialista mundial, mas também da revolução do Mundo Negro. Por toda a parte onde os descendentes africanos são oprimidos — como nos Estados Unidos e nas Antilhas\* — rebentam lutas pela libertação. Porque nessas regiões do Mundo, onde o homem negro é colonizado, é simultaneamente vítima de uma discriminação de classe e de raça.

A África é o centro da revolução do Mundo Negro; enquanto não for unificada sob a direcção de um governo socialista, os homens negros do mundo inteiro não terão uma nacionalidade. É à volta da luta dos povos africanos pela libertação e unidade do continente que tomará forma uma autêntica cultura negro-africana. A África é um con-

\* Todos os povos de descendência africana, quer vivam no Norte ou no Sul da América, nas Antilhas ou noutra parte do Mundo, são africanos e pertencem à nação africana.

tinente, um povo, uma nação. A teoria segundo a qual uma nação não tem razão de ser se não tiver um território comum, uma língua comum e uma cultura comum não conseguiu sobreviver ao teste do tempo, que define cientificamente a realidade objectiva. Porque, se de facto esses elementos podem constituir uma nação, a presença desses três elementos não é necessária à sua existência. Um território comum e uma língua comum podem ser suficientes para a formação de uma nação, assim como um território comum e uma cultura comum. Às vezes até um só destes elementos é suficiente. Um Estado pode existir sobre bases multinacionais; porque é a economia que reúne os indivíduos num mesmo território. É nesta base que os Africanos de hoje se reconhecem a si próprios potencialmente como uma nação, cujo domínio é todo o continente africano.

O objectivo principal dos revolucionários do Mundo Negro deve ser a libertação e a unificação totais da África sob a direcção de um governo pan-africano socialista. É um objectivo que satisfará as aspirações dos povos africanos de todo o Mundo. Fará ao mesmo tempo triunfar a revolução socialista internacional e contribuirá para encaminhar o Mundo para o comunismo para o qual tendem todas as sociedades segundo o princípio: de cada um segundo as suas capacidades, a cada um segundo as suas necessidades.